

# *A experiência chilena, 50 anos depois*

## *História e interpretações*



**ALBERTO AGGIO**

**JÚLIO CÉSAR SUZUKI**

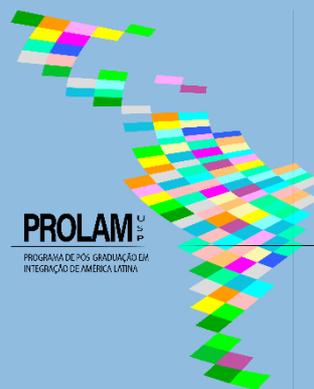
**RITA DE CÁSSIA MARQUES LIMA DE CASTRO**

**(ORGANIZADORES)**



**fflch**

FACULDADE DE FILOSOFIA,  
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



**PROLAM**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
INTEGRAÇÃO DE AMÉRICA LÁTINA

**ISBN 978-85-7506-522-8**  
**DOI: 10.11606/9788575065228**

**ALBERTO AGGIO**  
**JÚLIO CÉSAR SUZUKI**  
**RITA DE CÁSSIA MARQUES LIMA DE CASTRO**  
**(ORGANIZADORES)**

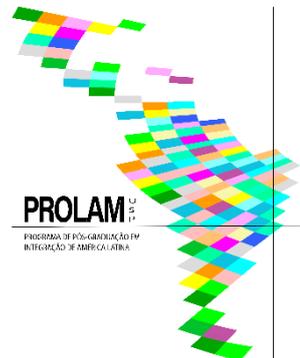
**A EXPERIÊNCIA CHILENA, 50 ANOS DEPOIS**  
**HISTÓRIA E INTERPRETAÇÕES**



**fflch**

FACULDADE DE FILOSOFIA,  
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

**FFLCH-USP**  
**PROLAM-USP**



**PROLAM**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
INTEGRAÇÃO DE AMÉRICA LATINA

**2025**

## **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP**

**Reitor:** Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior

**Vice-reitor:** Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda

## **FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS - FFLCH**

**Diretor:** Prof. Dr. Adrián Pablo Fanjul

**Vice-diretora:** Profa. Dra. Silvana de Souza Nascimento

## **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA**

Presidente da CPG: Profa. Dra. Marilene Proença Rebello de Souza

Vice-presidente da CPG: Prof. Dr. Júlio César Suzuki

## **COMITÊ EDITORIAL**

Prof. Dr. Adebaro Alves dos Reis (IFPA)

Profa. Dra. Adriana Carvalho Silva (UFRRJ)

Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira (UFG)

Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa (UNESP)

Prof. Dr. Alécio Rodrigues de Oliveira (IFSP)

Profa. Dra. Ana Regina M. Dantas Barboza da Rocha Serafim (UPE)

Prof. Dr. Cesar de David (UFSM)

Prof. Dr. José Elias Pinheiro Neto (UEG)

Profa. Dra. Maria Jaqueline Elicher (UNIRIO)

Prof. Dr. Ricardo Júnior de Assis Fernandes (UEG)

Prof. Dr. Roni Mayer Lomba (UNIFAP)

Profa. Dra. Telma Mara Bittencourt Bassetti (UNIRIO)

Profa. Dra. Valéria Cristina Pereira da Silva (UFG)

E96 A experiência chilena, 50 anos depois [recurso eletrônico]. História e interpretações / Organizadores: Alberto Aggio, Júlio César Suzuki, Rita de Cássia Marques Lima de Castro. -- São Paulo : FFLCH/USP, PROLAM/USP, 2025.  
1.230 Kb ; PDF.

Vários autores.

ISBN: 978-85-7506-522-8  
DOI 10.11606/9788575065228

1. América Latina – Estudo e pesquisa. 2. Chile. 3. Política. 4. História.  
I. Aggio, Alberto, *coord.* II. Suzuki, Júlio César, *coord.* III. Castro, Rita de Cássia Marques Lima de , *coord.*

CDD 320.983

---



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada

Capa e editoração: Rita Lima de Castro

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores, os quais também se responsabilizam pelas imagens utilizadas.

## Sumário

### ***A EXPERIÊNCIA CHILENA, 50 ANOS DEPOIS***

#### **HISTÓRIA E INTERPRETAÇÕES**

**PERSPECTIVAS SOBRE A EXPERIÊNCIA POLÍTICA CHILENA À ÉPOCA DE SALVADOR ALLENDE E NA ATUALIDADE.....6**

**ALBERTO AGGIO**

**JÚLIO CÉSAR SUZUKI**

**RITA DE CÁSSIA MARQUES LIMA DE CASTRO**

**CAPÍTULO 1 - A EXPERIÊNCIA CHILENA DE ALLENDE, 50 ANOS DEPOIS ..... 11**

**ALBERTO AGGIO**

**CAPÍTULO 2 - O LEGADO DE SALVADOR ALLENDE EM SUA COMPLEXIDADE, 50 ANOS DEPOIS.....22**

**ERALDO JESUS ALVES**

**CAPÍTULO 3 - O PAPEL DO EL MERCURIO NO GOLPE DE 1973 E NA DITADURA CHILENA..... 41**

**LYDIA ABUD LOPES**

**CAPÍTULO 4 - O CHILE NA OEA – ENTRE EDUARDO FREI E SALVADOR ALLENDE .....52**

**BEATRIZ MENDES NIYAMA**

**CAPÍTULO 5 - ALLENDE E A PUBLICIDADE *POST-MORTEM*: UMA CRÍTICA DA INDÚSTRIA CULTURAL .60**  
**DEISE OLIVEIRA**

**CAPÍTULO 6 - DA EXPERIÊNCIA CHILENA AO EXPERIMENTO LIBERAL..... 69**  
**PAULO ROBERTO DE CAMARGO**

**CAPÍTULO 7 - A LÓGICA INTERNACIONAL DA VIA CHILENA AO SOCIALISMO, 50 ANOS DEPOIS ..... 80**  
**JOAN DEL ALCÀZAR**

**CAPÍTULO 8 - O TEMA DA MULHER NA VIA DEMOCRÁTICA AO SOCIALISMO DE ALLENDE..... 125**  
**GRAZIELA TAVARES DE SOUZA REIS**

**VIVIAN GRACE FERNÁNDEZ-D'ÁVILA URQUIDI**

**SOBRE OS ORGANIZADORES..... 140**

**SOBRE OS AUTORES .....143**

## **PERSPECTIVAS SOBRE A EXPERIÊNCIA POLÍTICA CHILENA À ÉPOCA DE SALVADOR ALLENDE E NA ATUALIDADE**

Revisitar a história 50 anos depois dos acontecimentos que levaram à ascensão e à deposição de Salvador Allende é o eixo central desta obra. Essa revisitação histórica traz diversas perspectivas, gerando uma riqueza de abordagens que nos permitem pensar de forma crítica e atemporal na política não somente de um país, mas na política latino-americana e caribenha e até na política em sua extensão mais universal.

O primeiro capítulo, cujo título é o que dá nome ao próprio e-book, *A experiência chilena, 50 anos depois*, de Alberto Aggio, abre esse panorama de perspectivas, levando-nos a refletir sobre dilemas políticos atuais que permeiam os países em todo o mundo. Como afirma o próprio autor, devemos mirar essa experiência chilena como um “ponto de inflexão” (p. 20) para superar uma cultura política revolucionária e analisar sua relação com a própria política, estimulando-nos a compreender a importância de agir para que transformações históricas ocorram sob a égide da democracia e do consenso entre os diversos segmentos sociais.

No segundo capítulo, denominado *Legado de Salvador Allende em sua complexidade, 50 anos depois*, de Eraldo Jesus Alves, encontramos um retrato do período histórico do governo Salvador Allende com foco na figura do presidente chileno. O autor

do capítulo nos instiga a pensar em Allende e compreendê-lo considerando seu perfil dotado de complexidade e, por extensão, a refletir acerca da relação entre a personalidade de um dirigente e a arte da política.

No terceiro capítulo, *O papel do El Mercurio no golpe de 1973 e na ditadura chilena*, de autoria de Lydia Abud Lopes, recebemos um convite para analisar a responsabilidade social da grande mídia e sua influência no tocante à política. A autora nos remete a essa reflexão a partir do documentário chileno *El Diario de Agustín*, que foi dirigido por Ignacio Agüero e Fernando Villagrán. Realize a leitura desse capítulo com essa perspectiva de compreender a relação da grande mídia com o poder e reflita sobre a relevância de haver estruturas que reforcem a transparência na veiculação de notícias e que possibilitem à sociedade identificar atitudes que defendem ideologias sob a pretensa posição de isenção.

Chegando ao capítulo 4, intitulado *O Chile na OEA – entre Eduardo Frei e Salvador Allende*, de Beatriz Mendes Niyama, temos uma contextualização da política externa dos governos dos dois mandatários chilenos e sua atuação na Organização dos Estados Americanos – OEA. Além de a autora possibilitar uma revisitação do posicionamento político externo do Chile nos dois governos supracitados, ela realiza uma análise do posicionamento da OEA em tempos de Guerra Fria, levando-nos a refletir sobre o que a atuação da Organização dos Estados Americanos revela sobre sua visão a governos de esquerda.

No capítulo 5, *Allende e a publicidade post-mortem: uma crítica da indústria cultural*, de Deise Oliveira, encontramos uma abordagem sobre a instrumentalização da chamada indústria cultural, com uma análise do que ocorreu após a morte de Salvador Allende e de como essa indústria cultural monopolista atuou, ressignificando o imaginário social para levar a sociedade a considerar os movimentos revolucionários e a experiência chilena de transformação em prol da implantação de princípios socialistas como algo menor, uma espécie de ilusão utópica da juventude.

No capítulo 6, intitulado *Da experiência chilena ao experimento liberal*, de autoria de Paulo Roberto de Camargo, a perspectiva é econômica. O autor traz uma análise do que propôs o economista Sergio de Castro, que defendia um foco contrário ao do governo de Salvador Allende e foi um dos porta-vozes da oposição. A análise de Paulo Roberto de Camargo nos possibilita identificar como o aspecto econômico influenciou a questão política e serviu para recrudescer o clima de confronto social que existia, à época, antes da deposição do presidente chileno.

Chegando ao capítulo 7, *A lógica internacional da via chilena ao socialismo, 50 anos depois*, de autoria de Joan del Alcàzar e tradução de Marcus Vinícius Furtado da Silva Oliveira, temos uma abordagem analítica da tensão que ocorre entre o reformismo e a revolução, considerando a América Latina. Tecendo considerações da época do governo de Salvador Allende e da atualidade, o autor analisa a democracia, a questão das esquerdas em âmbito internacional e o papel que teve o processo chileno na mudança de

perspectiva dessa vertente política. O texto nos estimula a pesquisar as esquerdas latino-americanas em seus movimentos, para uma mais profunda compreensão de seu papel com relação à consolidação do progresso socioeconômico das classes menos favorecidas.

No capítulo 8, intitulado *O tema da mulher na via democrática ao socialismo de Allende* e de autoria de Graziela Tavares de Souza Reis e Vivian Grace Fernández-D'ávila Urquidi, a abordagem se fundamenta em discussões levantadas pela economista, socióloga e cientista política Vânia Bambirra que, ainda hoje, são presentes na América Latina. Com uma discussão sobre a proposta de uma via democrática para o socialismo, presente à época do governo de Salvador Allende, as autoras destacam as contradições existentes e nos levam a refletir acerca da condição da mulher como objeto, e instiga a pensar em processos de mudança que precisam ser mais revolucionários, visando à conscientização dos povos para a busca de superar problemas sociais

O conjunto de capítulos deste *e-book* traz, portanto, um aprofundamento de um período marcante da história chilena, com essas diferentes perspectivas e os distintos recortes que trazem uma visão multifacetada da história e da política, com foco na experiência chilena do governo Salvador Allende, passados mais de 50 anos.

Boa leitura!

Alberto Aggio <sup>1</sup>

Júlio César Suzuki <sup>2</sup>

Rita de Cássia Marques Lima de Castro <sup>3</sup>

(organizadores)

---

<sup>1</sup> cursou graduação em História na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas - USP (1982), fez mestrado em História Social na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas - USP (1990) e doutorado também em História Social na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas - USP (1996). Tornou-se Professor Livre-Docente em História da América em 1999 e desde 2009 é Professor Titular da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus de Franca. Atuou como professor visitante na Universidade de Valencia (Espanha), onde realizou seu pós-doutorado entre 1997 e 1998, na Universidade de Santiago de Chile, em 1997, e na Universidade de Santiago de Compostela em janeiro de 2000. Entre janeiro e julho de 2010 realizou Estágio Senior financiado pela CAPES na Universidade Roma3 (Itália). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Política, atuando principalmente nas seguintes áreas temáticas: história política da América Latina contemporânea, cultura política e democracia, intelectuais e pensamento político, Gramsci e América Latina. E-mail: albertoaggio58@gmail.com ORCID: 0000-0002-9095-1808

<sup>2</sup> Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso, graduação em Letras pela Universidade Federal do Paraná, graduação em Química pelo Instituto Federal de São Paulo, mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo, doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo e Livre-Docência, em Fundamentos Políticos, Sociais e Econômicos da Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Atualmente, é Professor Associado da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Integração da América Latina (PROLAM/USP), onde também atua como vice-coordenador. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Agricultura, Urbanização, Geografia e Literatura e Teoria e Método. E-mail: jcsuzuki@usp.br ORCID <https://orcid.org/0000-0001-7499-3242>

<sup>3</sup> Doutora em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina - PROLAM/USP. Mestre em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Jornalista, formada pela Faculdade de Comunicação Social Casper Líbero. Bacharel em Administração pelo Centro Universitário Senac SP. Bacharel em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Senac SP. Pós-doutorados: 1) FEA-USP, Departamento de Administração (2015-2017). 2) FEA-USP, Departamento de Economia (2019-2022). Na USP: Professora e orientadora de Mestrado e Doutorado - Prolam-USP, desde jan.2021. Pesquisadora no CORS - Center for Organization Studies e no NESPI - Núcleo de Estudos e Pesquisas de Política Internacional, Estudos Internacionais e Políticas Comparadas, ambos da FEA-USP. Pesquisadora no GP--CNPq Psicologia, Sociedade e Educação na América Latina, do Instituto de Psicologia-USP e no CRIACOMC (ECA-USP); Pesquisadora na Cátedra José Bonifácio - IR-USP. Presidente adjunta para o Brasil e Chefe de Relações Internacionais do Centro Latinoamericano de Estudios en Epistemología Pedagógica. Professora de Ensino Superior desde 2004. Avaliadora ad hoc de cursos - Basis - INEP-MEC. Avaliadora de premiações na área pública. Na Área Acadêmica, desde 1998 desenvolve projetos de Credenciamento Internacional, Auto Avaliação Institucional, Implantação de Sistemas Educacionais, Assessoria Acadêmica - Apoio à Pesquisa. E-mail: ritalimadecastro@usp.br; ritalimadecastro@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0137-6005>

---

## **CAPÍTULO 1 - A EXPERIÊNCIA CHILENA DE ALLENDE, 50 ANOS DEPOIS**

Alberto Aggio <sup>4</sup>

Há 50 anos o Chile vivia uma experiência política extraordinária. Foi o período em que Salvador Allende governou o país, depois de ter vencido as eleições em 1970 e, quase três anos depois, ser deposto por um golpe militar, em 11 de setembro de 1973. Tão logo se começa a rememorar o período vêm à mente as imagens que correram o mundo ao registrarem o assalto ao Palácio La Moneda, em Santiago. Cenas chocantes especialmente em se tratando de um país que cultivava, interna e externamente, a imagem de estabilidade política e solidez institucional.

---

<sup>4</sup> Cursou graduação em História na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas - USP (1982), fez mestrado em História Social na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas - USP (1990) e doutorado também em História Social na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas - USP (1996). Tornou-se Professor Livre-Docente em História da América em 1999 e desde 2009 é Professor Titular da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus de Franca. Atuou como professor visitante na Universidade de Valencia (Espanha), onde realizou seu pós-doutorado entre 1997 e 1998, na Universidade de Santiago de Chile, em 1997, e na Universidade de Santiago de Compostela em janeiro de 2000. Entre janeiro e julho de 2010 realizou Estágio Senior financiado pela CAPES na Universidade Roma3 (Itália). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Política, atuando principalmente nas seguintes áreas temáticas: história política da América Latina contemporânea, cultura política e democracia, intelectuais e pensamento político, Gramsci e América Latina. E-mail: albertoaggio58@gmail.com ORCID: 0000-0002-9095-1808

O que ocorreu para que se chegasse a tal ponto? Até hoje, 50 anos depois, essa pergunta é feita e há muitas respostas para ela, tanto quanto as incógnitas que permanecem submersas. Diversos aspectos são apresentados como fatores explicativos. Dentre eles, o fato de que Allende tornou-se Presidente mas seu apoio eleitoral era minoritário, uma vez que havia sido eleito com apenas 36% dos votos e sua posse aprovada, em segunda instância, pelo Congresso; que as forças políticas da época se dividiam em três – os liberais e nacionalistas, a democracia-cristã e o eixo socialista-comunista –, com projetos de sociedade distintos, o que dificultou a convivência e o equilíbrio do sistema político ao extremarem suas posições; que as reformas implementadas por Allende, aprofundando a reforma agrária, estatizando bancos e empresas, evidenciaram-se excessivamente maximalistas e o caminho adotado para realizá-las, por meio do Executivo, acabaram abrindo espaço para a contestação e a ingovernabilidade; que o apoio dos EUA à oposição e, por fim, ao golpe de Estado, não deixam dúvidas a respeito da transcendência do que se passou no Chile, um dos palcos da confrontação acionada pela “guerra fria”.

Os três anos nos quais Allende governou o Chile são identificados como a experiência chilena, que mesmo depois

do golpe militar continuou a provocar uma sensação paradoxal, constituindo-se numa referência positiva e negativa em razão do fracasso da chamada via chilena ao socialismo, que acalentava a ideia de que seria possível a construção do socialismo mediante a manutenção e o aprofundamento da democracia. Tratava-se de uma proposição inédita, de repercussão universal.

Por muito tempo fez-se uma discussão reducionista da via chilena ao socialismo. Para alguns era mais uma ilusão reformista; para outros, ensaiava-se uma perspectiva nova de construção do socialismo. Entre os protagonistas, as avaliações posteriores tenderam a reproduzir a divisão que habitava a esquerda chilena do período Allende . Imerso nesse antagonismo anacrônico, onde inutilmente se busca uma “saída” para o governo Allende, o passado permanece envolto numa bruma que não se dissipa.

### **Via chilena e via democrática ao socialismo**

Em diversas oportunidades Allende usou a expressão via democrática para qualificar melhor a opção que a esquerda deveria seguir no Chile. Esta expressão, para Allende, enfatizava a forma de luta e o comportamento político que a esquerda deveria adotar no exercício do poder.

Foi neste sentido que suas referências à via democrática acabaram por selar uma identificação entre processo (experiência chilena) e projeto (via chilena ao socialismo) que, juntos, passaram a ser vistos como uma experiência prática de aplicação daquilo que nas perspectivas teóricas da esquerda ocidental se chamava – ainda que de uma maneira um pouco difusa – de via democrática ao socialismo.

No entanto, a história não corrobora esta identificação. Mesmo que Allende jamais tenha se afastado dos procedimentos democráticos, a experiência chilena apenas pode ser compreendida como uma tentativa de realização prática dos pressupostos da via chilena, uma vez que o projeto que a embasava nem sempre fora compreendido no interior da UP como uma via democrática ao socialismo. A identificação entre via democrática e via chilena ao socialismo não se configurou como uma linha política clara e hegemônica nem no governo nem entre os partidos que o apoiavam. Tratava-se de uma estratégia bastante inovadora para os dois principais partidos da esquerda chilena, o PC e o PS. Para ambos, a superação do Estado burguês no processo revolucionário chileno se concluiria com o estabelecimento da ditadura do proletariado, única situação em que se poderia pensar a implantação do socialismo. Para o PC, era necessário chegar ao momento da ruptura mantendo a

institucionalidade; para o PS, era preciso resolver a questão do poder e formar um Estado paralelo fundado no “poder popular”. Em suma, para os dois partidos, a particularidade chilena confirmaria, mais uma vez, as leis universais da revolução.

Está claro, portanto, que aquela esquerda concebia a via chilena apenas como um elemento de retórica, um slogan, um artifício de unidade e mobilização. A via chilena constituiu-se apenas numa “anúnciação” e não numa aplicação da via democrática para o socialismo. A cultura política convencional que governava a cabeça da esquerda chilena – mas não apenas dela – não permitiu que se pensasse na ideia de que a democracia era ou poderia ser “a via” do socialismo. Isto somente iria começar a ser formulado em outro contexto e em função das lições que foram extraídas do golpe de 1973 .

Esse caráter anunciador do projeto da via chilena, mais intencional do que dirigente de uma grande política, perdeu poder de atração e eficácia no decorrer do governo, diluindo-se na imperiosa necessidade de manter unida a coalizão de esquerda como forma de sustentação política. Do ponto de vista prático, o que ocorreu foi que a via chilena ao socialismo de Allende acabou por reduzir-se a um conjunto de operações táticas frente à economia e ao aparelho de Estado.

Mesmo Allende supunha que o processo se encaminharia para uma situação de ruptura na qual se poderia transformar o Estado vigente em Estado antagônico ao capitalismo. A via socialista deveria ser capaz, nestas circunstâncias, de articular simultaneamente criação socialista e resolução do problema do poder como processos construtivos de desarticulação da dominação capitalista. Aqui ressoam ecos fortes do “socialismo de esquerda europeu” que, à época, criticando o comunismo soviético e a socialdemocracia, procurava encontrar uma alternativa que vinculasse reforma e revolução. Mas o resultado foi outro: fraturada, a UP não executou nem desenvolveu a via chilena ao socialismo e o que nela se anunciava como uma possibilidade de caminho democrático ao socialismo.

A experiência chilena de Allende e da UP evidencia que foi impossível seguir adiante sem a construção de consensos e de instituições que dessem suporte às transformações estruturais colocadas em curso. Seu fracasso deixa explícito que aquela era uma revolução que se tornou impossível por conta da cultura política convencional que marcava a esquerda da época diante do caminho escolhido: transitar ao socialismo por meio da democracia.

## **De um Chile a outros: imagens da experiência chilena**

Toda metáfora quer dar corpo concreto a uma impressão difícil de exprimir. Sua forte produtividade heurística, a despeito das imprecisões, cumpre um papel de síntese, procurando assegurar, por meio de um custo muito pequeno, o máximo rendimento comunicativo. Em relação à experiência chilena, alguns analistas se mantiveram prisioneiros à imagem da tragédia como síntese daquele processo, predeterminado ao fracasso. A história aqui é vista como uma aproximação a um fim inexorável, o que impossibilita que se investigue as estratégias, cálculos e erros, bem como o grau de responsabilidade dos atores envolvidos, dimensões sem as quais não se explicariam os três anos de governo, suas razões, suas dificuldades e seus limites.

O cientista social Tomás Moulian buscou outra angulação. Para ele, o período da UP expressou simultaneamente “festa e drama”, foi “excitante e efervescente” bem como “doloroso e traumatizante”. Havia uma dimensão positiva, de festa popular – uma dimensão erótica –, mas também uma face negativa, marcada pela imposição do regime ditatorial que sucedeu ao golpe de Estado. “Festa e drama” eram duas caras de uma mesma moeda.

A festa assumia “a forma de uma catarse vingativa, adotava o caráter de uma vingança por anos de sofrimento, silêncio e impotência”; “não era alegre, tinha a gravidade dos ritos, onde o povo se assume como juiz”; “expressão de uma pulsão escatológica” em que se acreditava ter chegado o “momento do acerto de contas”, momento definidor em que o povo capturava o futuro para si, imagem condensada na ideia de “revolução triunfante”. O drama, por sua vez, materializou-se na “encarniçada batalha política”, na emergência de uma “situação de crise catastrófica gerada e produzida (no seu sentido forte) pelas decisões adotadas, em diferentes conjunturas do processo, pelos atores em conflito”. Nessa leitura, a crise de 1973 é ainda vista como derrota da UP, evitando-se aludir ao fracasso de um governo conduzido pela esquerda.

Quase 10 anos depois, Moulian retoma o turbilhão de imagens para recontar a história da UP, agora no contexto do “transformismo” pós-ditatorial. No novo contexto, o período Allende representa um Chile romântico, o avesso do Chile da Concertación, onde predomina a negociação, o pragmatismo político, o consumismo, etc. O romantismo da UP assumiria um “pathos trágico”, típico da adolescência. Seu desfecho, um “doloroso aborto”, imagem que sugere a explosão de violência que se impôs depois de 1973.

Para Moulian, o Chile “transformista” dos tempos da Concertación, evidenciando outra cristalização identitária, equivoca-se ao criar o mito da transição modelar da mesma forma que se equivocou ao mistificar o “Chile democrático” anterior à catástrofe de 1973. “Verniz e aparência”, diz o nosso autor: “a estabilidade da democracia chilena até a década de sessenta sustentou-se mais em razão de suas imperfeições do que de suas perfeições”. A estabilidade chilena, como “nossas ilusões”, continua, não se baseava “no enraizamento da democracia na cultura, nos valores incorporados com força quase atávica”.

O Chile do final da segunda década do século XXI já é inteiramente outro. O período da Concertación se foi com a alternância de poder com a direita democrática. Mas, o Estado de “mal-estar social”, marcado por extensas desigualdades e a manutenção da Constituição de 1980, herdada do período Pinochet, acabaram por gerar o que ficou conhecido como o “estallido” de outubro de 2019, quando multidões desceram às ruas de forma tão imponente quanto surpreendente. Essa explosão social forçou o acordo político que iria dar sustentação à realização de um Plebiscito quase um ano depois no qual se aprovou os termos de realização da eleição e funcionamento de uma Assembleia

Constituinte, responsável pela elaboração de uma nova Constituição.

Afirmar que há uma identidade entre essa “irrupção de massas” e a vitória de Allende em 1970 alimenta equívocos. A eleição de Allende em 1970 não tem nada semelhante ao outubro de 2019. A catarse dos cânticos da UP nas ruas de Santiago, em outubro de 2019, pode iludir a quem pensa em fazer a História voltar atrás. No prefácio a um livro coletivo sobre os 50 anos da UP Tomás Moulian chama a atenção para a impossibilidade de se repetir aquele processo. Também cantada nas ruas em 2019, “El baile de los que sobran”, do álbum *Pateando piedras* (1986), da extinta banda, Los Prisioneros, talvez sinalize mais realisticamente o que se pensa ultrapassar e o que se ambiciona alcançar.

Hoje o Chile de Allende e da UP está bastante distante do universo político que anima os jovens que saem às ruas e pedem mudanças estruturais para o País. Se há alguma atualidade daquele Chile nos dias de hoje, ela não está na expectativa de se retomar os pressupostos do projeto de construção do socialismo por meio da democracia, mas na compreensão dos dilemas políticos que, hoje, vivenciamos e que assumem dimensões universais.

A experiência chilena deve ser vista, portanto, como um ponto de inflexão na necessidade de superação da cultura

política da revolução, sem a qual não haverá possibilidade de redirecionamento das políticas da esquerda para o enfrentamento dos problemas e impasses da democracia, entendida como a projeção civilizacional do nosso tempo, capaz de garantir transformações históricas sem a perda das liberdades e das individualidades.

O fracasso da experiência chilena demonstra que o tempo da revolução é incompatível com o tempo da política. Enquanto o primeiro é marcado pela urgência da tomada do poder, o segundo reconhece que as transformações históricas devem ocorrer a partir de consensos pactuados politicamente no interior de uma moldura democrática.

---

## **CAPÍTULO 2 - O LEGADO DE SALVADOR ALLENDE EM SUA COMPLEXIDADE, 50 ANOS DEPOIS**

Eraldo Jesus Alves <sup>5</sup>

Impossível discutir Salvador Allende e não o associar a imagem de um político revolucionário e figura controversa de extrema complexidade. Cinquenta anos após o seu governo e 48 anos do golpe de 11 de setembro de 1973 no Chile, liderado pelas tropas do então general Augusto

---

<sup>5</sup> Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário Estácio da Bahia (2015) e graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Tiradentes (1998). Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em comunicação sindical. Atuou em diversos sindicatos de Salvador(BA),a exemplo do Sindifisco Nacional DS Salvador, Sinergia Bahia, Sindpoc Bahia e outros. Como assessor de imprensa dos sindicatos, tem como encargo a publicação de matérias jornalísticas para os boletins e atualização do site da Entidade, dentre outras atividades, como divulgação de releases para os meios de comunicação (rádio, TV, mídia impressa, sites e blogs) local e nacional. Publicou com outros três jornalistas, o livro-reportagem "DETENTOS A REINTEGRAÇÃO SOCIAL?", resultado do projeto experimental do curso de Jornalismo da Universidade Tiradentes, em junho de 1998. Com base nos depoimentos de ex-presidiários, o leitor terá condições de formular questionamentos próprios, e fazer uma análise crítica sobre a Reintegração Social. Responsável pela elaboração dos textos do livro "Assédio Moral nas relações de Trabalho", produzido pelo Unafisco Sindical Delegacia Salvador, em 2009. O livro é uma transcrição fiel do Seminário que alertou sobre as diversas formas de como o assédio moral se apresenta. Dirigiu o curta metragem "Manifesto Alienígena" para o XIV Festival de Cinco Minutos Salvador, em 2011, e o documentário "Teatro de Rua em Sergipe, em 1997. Na área de Direito, estagiou na 17ª Vara dos Juizado do Direito do Consumidor, órgão vinculado ao Tribunal do Estado da Bahia, perfazendo um total de 523 horas, durante o período de seis meses no segundo semestre de 2015. Também fez estágio na área jurídica tributária da Procuradoria Geral do Estado da Bahia - PGE ? na elaboração de petições e análise de processos no período de seis meses no primeiro semestre de 2015. Estágio voluntário na 2ª Vara de Tóxicos do Fórum Criminal de Sussuarana, em Salvador/BA, no acompanhamento de audiências e elaboração de ofícios, em 2016.

Pinochet, a complexidade que gira em torno de seu nome é tema de pesquisa de estudiosos chilenos e de acadêmicos (professores e jornalistas) do resto do mundo, até os dias atuais.

Temerário, sim. Inegavelmente, ele foi. Com um propósito único de implantar o socialismo através de uma revolução democrática no Chile. Todavia, como fazer uma revolução pacífica e democrática se a imagem da revolução é a guerra; quando a Unidade Popular (UP) e seu próprio partido, o Partido Socialista (PS) têm pensamento político diferente; e Fidel Castro, um dos seus grandes aliados, defende uma revolução armada com o aval da URSS. E o governo americano de Nixon, aliado a militares e uma parte da classe burguesa, estavam insatisfeitos com o programa de governo defendido por Allende.

De acordo com Alfredo Riquelme (2015), a esquerda seduzida pela imaginação revolucionária dos anos 1960 impediu que a via chilena se tornasse uma via da construção democrática do socialismo. Ou seja, o golpe de 1973 destruiu em menos de 24 horas todo um trabalho da via chilena, provocando um golpe na democracia chilena e não somente no socialismo. Como afirma Alberto Aggio (2021), o fracasso da experiência chilena se deve, em sua grande magnitude,) à falta de adesão integral da esquerda, o que dificultou a

implantação do modelo por ele defendido por Allende para construir o socialismo.

O fracasso da experiência chilena, em 1973, foi, sobretudo, o fracasso de um governo de esquerda cujo projeto de transição ao socialismo não conseguiu traduzir-se numa grande criação política capaz de conquistar, pela democracia, a maioria da sociedade para esse projeto. A esquerda chilena fracassou na sua experiência governamental por ter ficado a meio caminho dele quando não contra ele. A adesão integral de toda a esquerda não era, obviamente, a garantia do sucesso. Contudo, a sua concretização certamente abriria a possibilidade de nascimento do novo como novíssimo. Mas o enigma permaneceu indecifrável (AGGIO, 2021, p. 30).

Com todos os fatores que levaram a derrocada da UP e o golpe de 1973, defendido pelos conservadores da direita do Partido Nacional, percebemos a complexidade em torno do governo Allende. A sua trajetória política como senador durante 25 anos e, conseqüentemente, o seu ativismo político dentro do Congresso somente tinha a somar para a construção de um governo sólido. Porém, pelo contrário, o que se percebe é que a sua experiência política não garantiu um equilíbrio ou apaziguamento entre os partidos políticos. Conforme Riquelme (2015), mesmo sendo o principal reformista do Chile, Salvador Allende nunca utilizou essa expressão. Por outro lado, o percentual de 36,3% de votos que o elegeu em 1970 pode já ter sido um aviso da tamanha turbulência que o seu governo enfrentaria. Aggio (2021) relata

em seu livro as dificuldades da posse de Allende, que se deveu a um acordo entre a UP e a Democracia Cristã (DC).

Após a vitória eleitoral da UP, a extrema direita desencadeou uma tentativa de desestabilização política que culminou no assassinato do comandante-chefe do Exército chileno, general René Schneider. Mas foi no plano político-institucional que a conjuntura aberta com a vitória de Allende conseguiu ganhar estabilidade: por meio de um acordo firmado entre a UP e a DC, ratificou-se a vitória de Allende no Congresso Nacional. Confirmado, então, como novo presidente, ele assumiu o governo no dia 4 de novembro do mesmo ano (AGGIO, 2021, p. 19 e 20).

Em entrevista ao jornal Clarín, o jornalista Alfredo Sepúlveda, em 04/11/2020, fala sobre a complexidade do governo Allende e deixa claro que até os dias atuais há questionamentos sobre haver de fato uma transformação do sistema político no governo Allende nos termos de uma via chilena ao socialismo, caso não houvesse o golpe.

Quando se entra na história, vê-se que os períodos são mais complexos do que os mitos. A UP foi uma tentativa de transformação radical para o socialismo marxista, mas isso não significa que fosse Cuba ou mesmo a Suécia. Aqui o objetivo era a transferência de riqueza de uma classe social para outra. É o marxismo clássico. Mas acabamos sempre por falar do que teria sido... e não sabemos. Ia haver uma transformação do sistema político, que o Congresso bicameral ia dar lugar a uma Assembleia Nacional, que a justiça ia dar lugar a outra coisa qualquer. Allende queria intervir nos três poderes, mas para além disso é difícil estabelecer o que iria acontecer. Porque nunca foi possível estabelecer e pensar para

além do dia a dia (HERRSCHER, 2020, s/p.<sup>6</sup>) – Tradução livre, própria, 2021.

Outro assunto que é motivo de questionamentos no governo Allende, também bastante polêmico, é a visita de Fidel Castro ao Chile. O que gerou satisfação para a classe trabalhadora e a UP. Por outro lado, serviu como alerta aos conservadores e aos militares que a via chilena ao socialismo poderia estar se fortalecendo. Ou seja, talvez, Fidel colaborou ainda mais com fracasso da implantação da revolução democrática pretendida pelo governo Allende.

(...) A sua visita pode, de fato, ser considerada como um ponto de inflexão no desenvolvimento dos acontecimentos que iriam marcar e definir a sorte da experiência chilena... É possível que sem a visita de Fidel as coisas tivessem se desenrolado da mesma maneira, mas inegável que a visita produziu um efeito neste sentido ou acentuou essa tendência de confrontação e de questionamento da solidez do sistema político chileno” (AGGIO, 2021, p. 191 e 192).

Quem também relata em seu livro o olhar não amistoso dos oponentes do governo de Allende é Joan del Alcazar

---

<sup>6</sup> No original: Cuando te metes en la historia ves que los períodos son más complejos que los mitos. La UP fue un intento de transformación radical hacia el socialismo marxista, pero no quiere decir que iba a ser Cuba ni tampoco Suecia. Aquí se pretendía el traspaso de riqueza una clase social a otra. Es marxismo clásico. Pero se termina siempre hablando de qué hubiera sido... y no lo sabemos. Iba a haber una transformación del sistema político, que el congreso bicameral iba a dar paso a una Asamblea Nacional, que la justicia iba a dar lugar a otra cosa. Allende quería intervenir en los tres poderes, pero más allá de eso es difícil establecer qué iba camino a ser. Porque nunca se pudo establecer y pensarse más allá del día a día. (HERRSCHER, 2020, s/p).

(2020) quando fala sobre a visita de Fidel Castro na entrevista que Allende cedeu ao filósofo francês Régis Debray.

A visita de Fidel Castro em novembro de 1971 – meses após a conversa com Debray – apenas acentuou a radicalização e o ódio de seus oponentes, e sua convicção de que Allende aspirava a ser mais uma figura no comunismo mundial. A passagem de meses e a crescente deterioração da convivência política só aumentarão essa ideia (ALCAZAR, cap. II, 2020, s/p.).

O fim do caminho chileno ao socialismo e a derrota da UP é outro fator de igual complexidade que RIQUELME (2015) relata em seu livro sobre a necessidade naquele momento em unir a maioria ampla de cidadãos para um socialismo afastado do totalitarismo.

O trágico fim do caminho chileno para o socialismo abriu um debate nas esquerdas do mundo sobre as razões da derrota da Unidade Popular. Essa discussão, iniciada pelo secretário geral do comunismo Italiano, Enrico Berlinguer, esteve na origem do que veio a ser conhecido como eurocomunismo, uma visão marxista e gramsciana, bem como democrática, da mudança social, o que deixaria para trás a tese leninista centrada na necessidade tática de uma correlação favorável de forças em cada etapa do caminho para o socialismo, substituindo-a por uma nova tese que defendia a necessidade de unir uma maioria muito ampla de cidadãos a fim de avançar para um socialismo que se afaste explicitamente do seu totalitarismo devido ao seu compromisso com a democracia pluralista, às liberdades e os direitos humanos concebidos como valores universais e realizações permanentes da humanidade (RIQUELME, 2021, p. 225 e 226).

Como explicar a complexidade de Salvador Allende se em toda a sua biografia afirma-se o seu propósito real que seria de implantar o socialismo no Chile, através de uma revolução sem armas e a defesa da democracia como eixo principal, levando a classe trabalhadora ao poder e a conseqüente queda da burguesia chilena? Essa é uma discussão que o mundo contemporâneo se desdobra através de achismos e pela busca de uma outra variante do que foi a figura de Salvador Allende, além de um político revolucionário, socialista, representante da classe trabalhadora chilena, *persona non grata* dos EUA, amigo de Fidel Castro, galanteador, temerário e ao mesmo tempo apaziguador.

Quiçá o seu pior equívoco foi acreditar que naquele período com um Chile tumultuado e em colapso econômico, uma esquerda dividida e a burguesia insatisfeita, o governo americano de Nixon apostando e investindo em sua queda e infiltrado cada vez mais na estrutura militar chilena. Destarte, a história daquele período tem um fim trágico para classe trabalhadora e a UP: a burguesia insatisfeita, aliada aos militares e com o aval dos EUA, derruba a classe trabalhadora e, mais uma vez, o opressor (o capitalismo selvagem) vence o oprimido (o socialismo).

O governo de Salvador Allende seguiu até o seu esgotamento na luta pelo fortalecimento da via chilena ao socialismo, que defendia em seu programa de governo: Um Chile que respeitasse a todos com uma economia própria e que favorecesse a todas as classes sociais e tivesse no socialismo sua base de sustentação para fortalecer a Frente Popular e uma esquerda unificada. O preço foi o Golpe Militar de 1973 com a consequente queda de Allende, desestruturação da esquerda e o início de uma ditadura imposta pelo governo de Augusto Pinochet. O governo de Pinochet teve os seus planos frustrados em 1988, quando o regime admitiu a derrota em um referendo nacional que abriu o caminho para a restauração da democracia em 1990.

Recentemente, o Chile renasce com uma nova proposta de governo elegendo uma nova constituinte com a maior parcela de políticos eleitos representados por uma legenda nem de esquerda e nem de direita, chamados de Independentes. Talvez, a luta de Salvador Allende não teve um fim absoluto e possa reverberar nos ideais de uma nação chilena do século XXI, que jamais perdeu a ternura dos tempos áureos.

A semelhança do que ocorreu nas eleições de 1970, que elegeu Salvador Allende presidente do Chile, com a votação em maio de 2021 para implantar uma nova Assembleia

Constituinte no Chile, que elegeu 155 deputados constituintes, sendo 65 independentes, não vinculados a partido político de nenhuma corrente partidária, pode até ser coincidência para alguns estudiosos, mas não deixou de repercutir na imprensa e de ser defendida como uma resposta ao que foi interrompido com o Golpe de 1973.

Contrário ao pensamento de que o momento tem desdobramentos com o ocorrido no período do Golpe de 1973, o historiador Alberto Aggio defende que o resultado das eleições da Convenção Constituinte não se deveu ao imaginário da figura revolucionária de Salvador Allende ainda viva no Chile contemporâneo, mesmo sabendo da importância de Allende na história política chilena. Segundo Aggio (2021), o novo processo político pelo qual o Chile vive atualmente se deveu, sim, as manifestações de outubro de 2019 e acordos políticos.

A convocação eleitoral foi resultado das massivas manifestações de outubro de 2019 e, em seguida, de acordos políticos que resultaram na realização de um Plebiscito, em outubro de 2020, que aprovou a Convenção Constituinte, autônoma e paritária, por quase 80% dos votos, numa votação histórica (Blog Horizontes Democráticos, 2021, *apud* AGGIO, 2021, s/p.).

Outros estudiosos observam uma memória viva de Allende neste novo período que vive o Chile. É o caso do

filósofo Vladimir Safatle, em seu artigo “Uma revolução molecular assombra a América Latina”, publicado no El País Brasil, em 19/05/2021. Conforme Safatle (2021), tal excepcionalidade andina deve ser compreendida à luz do que foi a via chilena para o socialismo e pré-anuncia como uma retomada do que foi interrompido com o Golpe de 1973.

De certa forma, esse processo interrompido retoma agora 47 anos depois. Desde as revoltas estudantis no Governo Bachelet, o Chile viu lideranças estudantis se tornarem deputados e deputadas para arrancar do Congresso uma reforma que tornava gratuito o sistema público de ensino. Agora, eles fizeram o movimento inédito de só saírem das ruas com uma constituinte nas mãos, o que os tunisianos só conseguiram anos depois da formação do primeiro Governo pós-ditadura. Ao acoplar os dois processos, o Chile permitiu que o entusiasmo insurrecional comandasse o processo constitucional, institucionalizando sua revolução molecular (SAFATLE, 2021, s/p.).

Mais um exemplo que demonstra a lembrança de Allende pelos chilenos e o legado de seu governo são as manifestações que nunca deixaram de acontecer, logo após a queda do governo Pinochet. Mais recentemente, em 2020, em plena pandemia, movimentos sociais, partidos políticos e grupos de familiares de vítimas da ditadura Pinochet saíram em manifestação para recordar os 47 anos do Golpe a Salvador Allende. Um protesto que acontece todos os anos para lembrar as mais de 3.200 vítimas, entre mortos e

desaparecidos nos 17 anos da ditadura de Pinochet, desde 11 de setembro de 1973. O presidente do PS, Álvaro Elizalde, acompanhado de dirigentes dos partidos Comunista e Socialista, representantes da Central Única de Trabajadores (CUT) e outros grupos se reuniram para destacar a figura.

A melhor homenagem que podemos prestar àqueles que deram suas vidas pela causa democrática, a exemplo do presidente Salvador Allende, é trabalharmos juntos pela ampla vitória da opção aprovada no plebiscito de 25 de outubro (Álvaro Elizalde, presidente do OS, citado no Portal Globo G1 – FRANCE PRESSE, 2020, s/p.).

Nas notícias veiculadas no Chile depois das eleições constituintes de 2021, as que não comentam sobre Allende por outro lado em suas entrelinhas apontam de alguma forma o pensamento defendido pelo allendismo. A matéria “Independentes estremecem tabuleiro político do Chile e controlarão 64% da Assembleia Constituinte”, publicada no Jornal El País, em 17 jun. 2021, e assinada por Rocío Montes, mostra o movimento Lista Popular, o qual defende ideais semelhantes ao de Allende ao denominar-se antissistema capitalista contra o modelo neoliberal e ter em seu quadro de eleitos constituintes que endossam o marxismo e até o trotskismo, como é o caso de María Rivera a jovem advogada Francisca Arauna. A verve revolucionária de Daniel Trujillo,

coordenador nacional do movimento Lista Popular, aponta para essa semelhança.

Somos um movimento de cidadãos autoconvocado e independente que se organizou para permitir a participação dos representantes do povo sem partidos políticos que representassem os valores da revolta na Constituinte... Acreditamos que a crise a que chegaram as instituições chilenas se deve justamente ao fato de o sistema partidário ter sido capturado pela elite econômica que controla o Chile (fala de Daniel Trujillo, citado em MONTES, 2021, s/p.).

Noam Titelman, PhD na London School of Economics (LSE), em seu artigo “Allende e o Chile de hoje”, defende que após o golpe que derrubou o presidente socialista, quase cinquenta anos depois, a esquerda chilena está começando a reconstruir sua força.

Quase cinco décadas após o governo da Unidade Popular de Allende, ele continua sendo uma figura universalmente central para a esquerda chilena. No entanto, a esquerda diverge em suas interpretações sobre a queda de Allende, entre uma perspectiva social-democrata e outra mais radical ou mais tradicionalmente marxista” (TITELMAN, 2019, s/p.).

Titelman (2019) ao mesmo tempo que observa essa chama acesa na figura Allende na contemporaneidade do mesmo modo compreende o inegável enfraquecimento da esquerda chilena depois de um longo período do governo Pinochet.

(...) O atual cenário político no Chile difere fortemente daquele de Allende. Um processo longo e eficaz de despolitização fez com que a identidade de esquerda se tornasse fraca. Os níveis de sindicalização são extremamente baixos e, devido ao código de trabalho herdado da era Pinochet, os sindicatos existentes são relativamente fracos. A Frente Ampla surge no marco institucional da constituição de Pinochet dos anos 80 e de um longo processo de despolitização. Em um cenário tão diferente, o que a coalizão recém-formada pode aprender com a experiência da Unidade Popular? (TITELMAN, 2019, s/p.).

Quando abordamos aqui a repercussão do legado Allende para a nação chilena em meio a sua elevada complexidade e como um governo que teve como plataforma principal o projeto da via chilena ao socialismo, o qual, conforme aduz Aggio (2021, p. 153)

(...)nem sempre foi compreendido e assumido como uma via democrática, a identificação integral entre ambas acabou por não se configurar numa linha política clara e hegemônica nem no interior do governo nem entre os partidos que o apoiavam (...)

(...) em momento algum defendemos o modelo de programa político do governo Allende como solução ou base de sustentação para a crise econômica chilena atual, isso seria inadmissível e deveras impossível. O Chile vive outra conjuntura política e econômica e uma construção de sociedade com anseios e desígnios que divergem à época do Golpe, porém, a situação da classe trabalhadora oprimida

continua igual ou pior, conduzida pelo modelo capitalista e sem a força dos sindicatos. Não obstante, queremos registrar por meio de pesquisa de publicações em jornais e livros que: o espírito revolucionário de Salvador Allende mesmo com toda a sua complexidade ainda vive não somente na população chilena, mas sobretudo na classe trabalhadora e partidos de esquerda, além daqueles chilenos que vivem à margem da miséria como também repercute em outros países da América Latina e no resto do mundo.

Com relação da discussão que norteia a teoria da complexidade, o sociólogo Edgar Morin (2003), no artigo “Da necessidade de um pensamento complexo”, enfatiza que não podemos compreender o ser humano apenas por meio dos elementos que o constituem e reforça ainda afirmando que o ser humano é autônomo, mas a sua autonomia depende do meio exterior.

Nesse contexto, podemos colocar como exemplo a via chilena ao socialismo. Para que ela desse certo à época seria preciso que Allende tivesse o apoio máximo dos partidos de esquerda que compunham a Unidade Popular, maior diálogo com o centro político, dominado pelos democratas-cristãos, da sociedade burguesa chilena, além dos militares com o apoio do EUA.

O meio exterior citado por Morin (2003) pode ser compreendido com a falta de concertação entre Allende e os principais atores políticos daquele período. Da mesma forma, nas considerações de Titelman (2019), percebe-se o grau de complexidade quando ele aponta vários caminhos para um resultado diferente do que se estabeleceu com o golpe de 1973 e a queda Allende devido à ausência do que podemos denominar, segundo Morin (2003), do meio exterior.

Então, será que o projeto de Allende estava mesmo condenado desde o início? E, se esse for o caso, foi por ele ser radical demais e pouco disposto a dialogar com o centro político ou foi pela sua moderação e recusa em criar uma força insurgente paralela? Por um lado, aqueles que enfatizam a falta de diálogo com o centro superestimam até que ponto isso estava sob o controle de Allende. Allende tentou contato com os democratas-cristãos em várias ocasiões, mas eles não tinham interesse ideológico ou eleitoral em chegar a um acordo para ajudar o governo de esquerda a ter sucesso.

Por outro lado, aqueles que enfatizam a falta de interesse de Allende em formar uma força popular paralela e, ocasionalmente, seu papel ativo na supressão dessa organização, podem estar superestimando a força real que tal revolta poderia ter contra o exército formalmente treinado

– e seus aliados no governo dos Estados Unidos. É muito mais provável que uma guerra civil dessas terminasse num enorme derramamento de sangue e no mesmo resultado autoritário. (TITELMAN, 2019).

Morin (2003) explica que o pensamento complexo serve de elo entre a ciência e a filosofia e não tem utilidade apenas no plano organizacional, social e político tendo em vista que um pensamento que afronta a incerteza pode explicar os planos de um universo incerto.

O pensamento complexo não se reduz nem à ciência, nem à filosofia, mas permite a comunicação entre elas, servindo-lhes de ponte. O modo complexo de pensar não tem utilidade somente nos problemas organizacionais, sociais e políticos, pois um pensamento que enfrenta a incerteza pode esclarecer as estratégias no nosso mundo incerto; o pensamento que une pode iluminar uma ética da religião ou da solidariedade. O pensamento da complexidade tem igualmente seus prolongamentos existenciais ao postular a compreensão entre os homens (MORIN, 2003, p. 30 e 31).

O breve estudo tem como intenção retratar o período agitado do governo de Salvador Allende no poder entre os anos de 1970 e 1973 no Chile e a complexidade em torno de seu perfil controverso. Acreditamos que a complexidade que envolve a figura do político social-democrata Salvador Allende não ofuscou a sua verve de um político popular e revolucionário. Enquanto o palácio de La Moneda, em

Santiago do Chile, era bombardeado pelas forças militares comandada pelo então general Augusto Pinochet, em 11 de setembro de 1973, Salvador Allende lutou até o último momento pelos seus ideais, optando por não se render aos inimigos, morrer pela pátria chilena, pela classe trabalhadora e os menos favorecidos. Em seu último discurso bastante comovente, antes de se suicidar, Salvador Allende Gossens, nascido em 26 de junho de 1908, em Valparaíso, fala através da Rádio Magalhães à população chilena.

Certamente esta é a última oportunidade que posso me dirigir a você (...) Pelo menos, minha memória será a de um homem digno que foi leal à lealdade dos trabalhadores. O povo deve se defender, mas não se sacrificar. O povo não deve deixar-se arrasar ou ser arrastado por balas, mas também não pode humilhar-se a si próprio. Trabalhadores da minha terra natal: tenho fé no Chile e seu destino. Outros homens superarão este momento cinzento e amargo, onde a traição busca se impor (...) viva o Chile! Viva o povo! Viva os trabalhadores! Estas são minhas últimas palavras e tenho certeza que meu sacrifício não será em vão. Tenho certeza de que, no mínimo, haverá uma lição moral que punirá o crime, a covardia e a traição (SALVADOR ALLENDE, trecho do discurso à Rádio Magalhães, 11 de set de 1973, s/p.)

## REFERÊNCIAS

AGGIO, Alberto. Uma insólita viagem: Fidel Castro no Chile de Allende. *História*, São Paulo, v. 22, n.2, p. 151-166. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/his/v22n2/a09v22n2.pdf>. Acesso em 25 maio. 2021.

AGGIO, Alberto. A teoria pura da revolução. Artigo publicado em 08 maio.2021 no jornal *O Estado de S. Paulo* (on line), seção Estado da Arte. Disponível em: <https://estadodaarte.estadao.com.br/politica/teoria-pura-revolucao-aggio-hd/>. Acesso em 30 maio. 2021.

AGGIO, Alberto. “Chile assombra o mundo”: Disponível em: <https://horizontesdemocraticos.com.br/chile-assombra-o-mundo/> Acesso em 25 maio.2021.

AGGIO, Alberto. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*. Curitiba: Appris, 3 ed. 2021.

ALCAZAR, Joan del. *Qué fue de las grandes alamedas?*. Valencia: Tirant Lo Blanche, 2020.

FRANCE PRESSE. Na pandemia, Chile recorda 47 anos do golpe a Salvador Allende. Reportagem publicada em 11 set.2020 no *Jornal O Globo* (G1 – on line). Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/09/11/na-pandemia-chile-recordar-47-anos-do-golpe-a-salvador-allende.ghtml> Acesso em: 21 jun. 2021.

HERRSCHER, Roberto. Allende fue un santo laico para la izquierda, y un mártir para la democracia chilena. Entrevista com Alfredo Sepúlveda, publicada em 04 nov.2020 na *Revista Ñ-Ideas, Jornal El Clarín*. Disponível em: [https://www.clarin.com/revista-enie/ideas/alfredo-sepulveda-allende-santo-laico-izquierda-martir-democracia-chilena-\\_0\\_TtjrFU9BZ.html](https://www.clarin.com/revista-enie/ideas/alfredo-sepulveda-allende-santo-laico-izquierda-martir-democracia-chilena-_0_TtjrFU9BZ.html) Acesso em 7 jun.2021.

MONTES, Rocío. Independentes estremecem tabuleiro político do Chile e controlarão 64% da Assembleia Constituinte. Reportagem publicada em 17 maio.2021 no jornal *El País* (on line). Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-05-18/independentes-estremecem-tabuleiro-politico-do-chile-e-controlarao-64-da-assembleia-constituente.html> Acesso em: 21 jun. 2021.

MORIN, Edgar, 3 ed. 2003. “Para navegar no século XXI – Tecnologias do Imaginário e Cibercultura”. Da necessidade de um pensamento complexo. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=8ol\\_Rd-Wd6wC&printsec=copyright&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=8ol_Rd-Wd6wC&printsec=copyright&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false) Acesso em 29 jun. 2021.

RIQUELME, Alfredo S. La vía chilena al socialismo y las paradojas de la imaginación revolucionaria, *Araucaria - Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades*, año 17, n. 34. Segundo semestre de 2015, p. 203-230. Disponível em: <https://revistascientificas.us.es/index.php/araucaria/article/view/1417/1289> Acesso em 2 jun. 2021.

SAFATLE, Vladimir. Uma revolução molecular assombra a América Latina. Artigo publicado em 19 maio.2021 no Jornal *El País* (on line). Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opinion/2021-05-19/una-revolucion-molecular-dissipada.html>. Acesso em 25 maio.2021.

TITELMAN, Noam. Allende e o Chile de hoje. *Jacobina*, set. 2019. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2019/09/allende-e-o-chile-de-hoje/> Acesso em 22 jun.2021.

---

## **CAPÍTULO 3 - O PAPEL DO EL MERCURIO NO GOLPE DE 1973 E NA DITADURA CHILENA**

Lydia Abud Lopes <sup>7</sup>

Muitos são os exemplos da relação da mídia hegemônica com o poder. Em uma das passagens do livro *Chatô, o Rei do Brasil*, de Fernando Morais, o magnata da mídia brasileira Assis Chateaubriand repreende o jornalista David Nasser, que havia criticado o presidente Juscelino Kubitschek devido à construção de Brasília, em artigos publicados na revista *O Cruzeiro*. “Todo mundo já reconhece a grandeza de Brasília, de Furnas, de Três Marias. Só você insiste em ser contra, turco maldito. Só você, com esse seu eterno pessimismo. Por quê? Por que não muda de ideia, como eu mudei?”, disse Chatô. “Porque tenho a minha opinião”, respondeu Nasser. “Opinião? Se você quer ter

---

<sup>7</sup> Mestranda em Comunicação e Estudos da Mídia, pela Escola de Comunicação e Artes (ECA) da USP, no Programa de Integração da América Latina (Prolam, 2021). Pesquisadora da Cátedra Otavio Frias Filho de Estudos em Comunicação, Democracia e Diversidade. Jornalista formada pela PUC-SP, foi editora-chefe do *Nocaute* - o blog do Fernando Morais. Experiência em produção de conteúdos jornalísticos, incluindo textos, vídeos, entrevistas e elaboração de pautas. Diretora-executiva na empresa Dugu Pós-Produção Ltda-ME. A Dugu atua nas áreas de fotografia, vídeo-documentário, jornalismo e em projetos voltados à cultura brasileira. E-mail: [lydiabudlopes@usp.br](mailto:lydiabudlopes@usp.br)

opinião, compre uma revista. Na minha, você defende a minha opinião!”

Lançado em 2008, o documentário chileno *El Diario de Agustín*, dirigido por Ignacio Agüero e Fernando Villagrán, expõe essa relação da mídia tradicional com o poder e a defesa de ideologias e interesses pessoais em detrimento do jornalismo isento. Agüero fez seus primeiros filmes ainda sob a ditadura de Pinochet, como *Cem Crianças à Espera de um Trem*. Co-dirigiu o *Franja del No*, programa de televisão dos partidos de oposição a Pinochet durante a campanha para o plebiscito de 1988. O jornalista e economista Fernando Villagrán foi vice-diretor da *Apsi*, revista política chilena que fazia oposição ao regime pinochetista.

*El Diario de Agustín* conta como foi a atuação do jornal *El Mercurio* (a mais tradicional empresa de comunicação chilena) durante o governo Allende e seu apoio ao golpe militar de Pinochet, que impôs ao país 17 anos de uma ditadura brutal que vitimou mais de 40 mil pessoas. Tais dados podem ser encontrados em documentos oficiais entregues ao governo chileno em 2011 pela Comissão Valech

O jornal foi fundado em 1827, em Valparaíso, por Edward Ross, herdeiro de uma grande fortuna baseada na exploração de minas de prata e cobre. Há cinco gerações *El Mercurio* pertence à família Edwards, passando de pai para filho até

chegar às mãos de Agustín Edwards Eastman, que o comandou de 1956 a 2017, ano de sua morte.

A narrativa é construída a partir de entrevistas feitas por alunos de jornalismo da Universidade do Chile com os principais dirigentes do jornal à época, com cientistas políticos e militantes de esquerda e seus familiares. O documentário detalha as ações desempenhadas por Agustín Edwards naquele período. Através de El Mercurio e seus jornais associados, o dono do conglomerado tentou impedir a vitória e a posse de Allende, e posteriormente participou das conspirações que culminaram no golpe militar de Pinochet.

“Quando Allende ganhou, Agustín Edwards viajou praticamente no dia seguinte a Washington. Se reuniu com Henry Kissinger, com o ministro da Justiça, John Mitchell e com o diretor da CIA, Richard Helms. Conversaram sobre como evitar que Allende assumisse a Presidência e falaram em opção militar”, afirma o professor de jornalismo na Universidade de Columbia John Dinges, um dos entrevistados no filme.

Em meados de 2013, vieram à público documentos do governo americano nos quais podem ser encontradas gravações de conversas em que Richard Nixon, presidente dos Estados Unidos entre 1969 e 1974, diz ao secretário do

tesouro, John Connally, em 1971: "Decidi que vamos tirar Allende [...] Ele é um inimigo [...] Vale tudo no Chile. Dê um chute no traseiro deles, ok?"

A insatisfação das classes oligárquicas chilenas com os rumos da política do país já vinha crescendo desde o governo do democrata cristão Eduardo Frei Montalva, eleito em 1964. O governo de Eduardo Frei havia iniciado a reforma agrária no país. Mesmo se restringindo aos latifúndios improdutivos, as reformas passaram a incomodar as classes altas tradicionais. Através de imagens de arquivo, o documentário revela o clima de polarização no Chile poucos anos antes da posse de Allende. Um exemplo é a faixa pendurada pelos estudantes da Universidade do Chile no dia 11 de agosto de 1967: "El Mercurio Miente". Em editorial sobre a greve dos estudantes naquela data, El Mercurio havia apontado "inspiração comunista" no movimento estudantil.

**Figura 1 - Faixa pendurada pelos estudantes da Universidade do Chile no dia 11 de agosto de 1967**



De acordo com Alberto Aggio, quando Allende tomou posse em 1970, o Chile se encontrava em uma grave crise nacional: “[...] crise do papel integrador e redistributivo do Estado; crise da economia, em virtude da longa e custosa transição a uma nova fase da industrialização substitutiva; crise do sistema político, em decorrência de um processo acentuado de ideologização e polarização que havia atingido sua maior fragmentação político-eleitoral no período governamental anterior, comandado por Eduardo Frei, presidente eleito pela DC, em 1964” .

## Via chilena ao socialismo

Com uma proposta de chegar ao socialismo por vias democráticas, o governo Allende aprofundou a reforma agrária iniciada por Eduardo Frei. Para o sociólogo e cientista político chileno Manuel Antonio Garretón, essa foi a origem do descontentamento de El Mercurio. O periódico “entendeu que era o fim da sociedade oligárquica chilena. Isto o levou a ser um jornal não só anti-Allende mas antidemocrático. Um jornal golpista. E uma vez que justificou e promoveu o golpe, teve que defender toda a violação de Direitos Humanos que se seguiu”, afirma Garretón em depoimento ao documentário.

Trechos do discurso de Allende em 1970, quando vence a eleição, são trazidos pelos diretores do filme para demonstrar a clara oposição do jornal ao futuro presidente. “Que não insista El Mercurio e El Dia em uma atitude anti nacional e antidemocrática”, diz Allende. Através da narrativa construída pelos diretores vemos que os clamores de Allende não foram atendidos: Agustín Edwards estava ligado diretamente à articulação do golpe contra o governo. Após sua viagem a Washington, a empresa de Edwards passou a receber apoio financeiro do governo estadunidense. Durante o período, o jornal recebeu cerca de 2 milhões de dólares do governo Nixon. Quando indagado sobre esse dinheiro em

entrevista ao documentário, o ex-diretor do Mercurio, Arturo Fontaine Aldunate afirma que não tinha conhecimento de nada.

Já em outro momento de seu depoimento, Arturo Fontaine diz não poder lamentar que outros jornais, como o Clarín, por exemplo, tenham sido fechados no dia seguinte ao golpe de Pinochet. “Menos mal que escapamos, não é? Não vou dizer que a suspensão das atividades da concorrência foi uma notícia ruim”, diz às câmeras o ex-diretor de El Mercurio. Naquela manhã do dia 11 de setembro de 1973, os jornalistas do Clarín foram surpreendidos na redação por soldados do exército, levados ao Estádio Nacional e posteriormente ao Campo de Concentração Chacabuco, no norte do Chile, onde alguns permaneceram presos por mais de três anos. Alberto Gamboa, chefe de redação do Clarín, foi solto em março de 1976. Anos depois, em 1984, lançou o livro *Un viaje por el infierno*, refletindo sobre o passado traumático, em busca de uma reconciliação com a história de seu país.

### **Manipulação da notícia**

Durante a ditadura Pinochet, não são poucos os casos de manipulação e notícias falsas criadas por El Mercurio e trazidos à tona pelo filme. Entre eles, 119 desaparecidos que

acabaram mortos na Argentina. A notícia saiu primeiro no jornal O Dia, de Curitiba, e na revista portenha Lea. Só dias depois foi publicada no Chile. Nas páginas de El Mercurio, os desaparecidos se transformaram em “executados pelos próprios camaradas”.

**Figura 2 - "Exterminados como ratos" - El Mercurio**



O jornal La Segunda, que faz parte do conglomerado dos Edwards, celebra a morte dos “terroristas” em primeira página: “Exterminados como ratos”.

Outro caso notável é o da militante comunista Marta Ugarte, que havia sido presa e assassinada em Villa Grimaldi, local utilizado pela DINA, a polícia secreta de Pinochet, para interrogatórios. Como centenas de outros presos políticos, o corpo de Marta havia sido jogado ao mar e foi o único que emergiu à superfície. Encontrado na praia de Los Moles, foi

noticiado pelos jornais dos Edwards como o corpo de uma jovem de 23 anos vitimada por um crime passional.

Todas as vezes que foi confrontado sobre a postura do jornal diante de tais crimes, Edwards não admitiu a culpa. Em depoimento ao documentário, a jornalista Raquel Correa falou sobre a entrevista mais difícil de sua vida: no centenário do Mercurio foi escalada para entrevistar seu chefe Agustín Edwards. Sem se eximir de suas responsabilidades jornalísticas, fez perguntas incômodas. Como, por exemplo, quais responsabilidades Edwards assumia por ter sido tão “sigiloso” ou “cuidadoso” durante o regime militar de Pinochet, ao qual ele respondeu: “Não foi por temor ou pressão que publicávamos pouco do que agora sabemos. Mas, sim, porque naqueles tempos não tínhamos informações sérias sobre as acusações que circulavam como rumores impossíveis de confirmar”.

Em 2012, o canal estatal Televisión Nacional de Chile (TVN) comprou os direitos de exibição de El Diario de Agustín e em seguida paralisou sua divulgação, levando organizações de Direitos Humanos a acusarem o governo Sebastián Piñera de agir de forma a ocultar as denúncias contidas no documentário. As dificuldades na divulgação e a polêmica gerada pelas acusações de silenciamento das denúncias de Agüero e Villagrán por parte do governo chileno motivam

reflexões sobre o pacto de silêncio que ainda existe acerca da espinhosa questão do papel desempenhado por El Mercurio durante o regime militar chileno.

Qual a importância de investigar a conduta de El Mercurio tantos anos depois? Essa questão é colocada nos primeiros minutos do filme. A resposta que se segue é de que El Mercurio está impune até hoje diante das graves violações de direitos humanos que acobertou. O diretor Fernando Villagrán, em entrevista a um site chileno, respondeu que o motivo é “porque não é uma história do passado. El Mercurio continua a ter um poder tremendo na sociedade chilena”. Neste momento único da história chilena, em que o país passa por transformações político-eleitorais importantes e que a Constituição de 1980 será substituída por uma nova, preparada por uma Assembleia Constituinte recém-eleita, há quase 50 anos do golpe, ainda se faz necessário discutir a responsabilidade social da grande mídia.

## REFERÊNCIAS

AGGIO, Alberto. “O Chile de Allende: entre a derrota e o fracasso” *In*: AGGIO, Alberto. Um lugar no mundo – estudos de história política latino-americana. Rio de Janeiro/ Brasília: Contraponto/FAP, 2015, p. 103-124.

AGGIO, Alberto. Chile Assombra o Mundo. *Blog Horizontes Democráticos*. Disponível em: <https://horizontesdemocraticos.com.br/chile-assombra-o-mundo/>

FREDRIGO, Fabiana de. “A História vai ao cinema”. *Blog Horizontes Democráticos*. Disponível em: <https://horizontesdemocraticos.com.br/a-historia-vai-ao-cinema/>

MENDES, Ricardo A. S. 40 anos do 11 de Setembro: o golpe militar no Chile. *Revista Estudos Políticos*. Rio de Janeiro, no 7, pp. 172 – 190, dezembro de 2013.

MORAIS, Fernando. *Chatô - O Rei do Brasil*. São Paulo: ed. Companhia das Letras, 1994.

PALMA, Christian. O relato de um jornalista chileno que viajou pelo inferno de Pinochet. *Carta Maior*. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Pelo-Mundo/O-relato-de-um-jornalista-chileno-que-viajou-pelo-inferno-de-Pinochet/6/17651>

RIQUELME, Alfredo. La vía chilena al socialismo y las paradojas de la imaginación revolucionaria. Araucaria. *Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades*, año 17, nº 34. Segundo semestre de 2015. Pp. 203-230.

## **CAPÍTULO 4 - O CHILE NA OEA – ENTRE EDUARDO FREI E SALVADOR ALLENDE**

Beatriz Mendes Niyama<sup>8</sup>

### **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho tem o intuito de realizar uma breve contextualização sobre os governos de Eduardo Frei (1965-1970) e Salvador Allende (1970-1973), com foco específico na política externa e na atuação destes governos perante a Organização dos Estados Americanos (“OEA”). Como organização interestatal, a OEA é o principal centro de debate do continente americano, sendo uma esfera essencial para intermediar os países americanos. Todavia, ao longo da etapa histórica da Guerra Fria (1948-1989), a OEA adotou um posicionamento de defesa ao liberalismo ocidental (Menezes, 2007).

---

<sup>8</sup> Mestranda em Direito Internacional e Comparado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Graduada em Direito pela PUC-Campinas e Pedagogia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais da Faculdade de Direito da USP (NETI-USP). Selecionada como bolsista pelo Programa de Excelência Acadêmica (PROEX-CAPES) para o período 2022-2024, anteriormente, foi bolsista em nível de Iniciação Científica pela PUC-Campinas (FAPIC/Reitoria) em 2018 e pela Fundação de Amparo a Pesquisa de São Paulo em 2019 (n 2018/21273-9). E-mail [biamendees91@gmail.com](mailto:biamendees91@gmail.com)

A posição adotada pela OEA nessa etapa histórica repercutiu em duas questões importantes: a começar com a omissão da Organização frente às quebras de ordens institucionais em seus Estados-Membros, o que repercutiu no povoamento de governos ditatoriais-militares dentro da OEA (Herz, 2012, p. 318). A segunda questão se refere ao posicionamento da OEA quanto à temática da democracia, que consta como um princípio basilar da Organização em seu tratado constitutivo (o art. 3º, “d” e “e”, da Carta da Organização dos Estados Americanos).

Uma possível via para compreensão deste contexto é vislumbrá-lo como um reflexo do período histórico da Guerra Fria, em que o cenário político do mundo foi segmentado pela ampliação do capitalismo liberal em oposição às iniciativas socialistas. À época, a OEA se posicionou frontalmente em prol dos interesses ocidentais de promoção e proteção ao liberalismo, o que repercutiu em declarações contrárias à “ameaça comunista internacional”, tendo como justificativa a contradição deste sistema econômico com a manutenção democrática (OEA, 1962). Essa aparente contradição entre manutenção democrática e instituição do comunismo foi o ponto central da deliberação da OEA em suspender Cuba como Estado-Membro da Organização em 1962.

Em detalhes, a suspensão de Cuba foi deliberada pela Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores (“RCMRE”), instância deliberativa e interestatal da OEA, em que é convocada por um ou mais Estado-Membro para resolver problemas urgentes e comuns aos países americanos. Nesses termos, a VIII RCMRE se iniciou em janeiro de 1962, por meio da requisição da Delegação da Colômbia, e contou com a participação chilena de Carlos Martínez Sotomayor - à época Ministro de Relações Exteriores.

Esta reunião aprovou a declaração *“Exclusión del actual gobierno de Cuba de sua participación en el sistema interamericano”*, que oficializa que *“el actual Gobierno de Cuba, que oficialmente se ha identificado como un gobierno marxista-leninista, es incompatible con los principios y propósitos del Sistema Interamericano”* (OEA, 1962, s/p.).

A suspensão de Cuba perante a OEA é um referencial útil para vislumbrar a “metamorfose” que a política externa do Chile sofreu ao longo da Guerra Fria. Como antecipado, a VIII Reunião contou com a participação de um representante do país, porém, o Chile optou por se abster de ratificar as duas declarações (Pokorski, 2012, p. 45). Como detalha Fernandois (2013), Jorge Alessandri, um político alinhado à direita, adotou o posicionamento de manter relacionamento entre Santiago

e Havana, por se tratar de uma relação tradicional entre os dois países - mesmo que enfraquecida com a tomada de controle por Fidel Castro.

E se, por um lado, Alessandri optou pela manutenção de relações diplomáticas, que somente se quebram com a campanha eleitoral de 1964 (Fermendois, 2013), por outro lado, o governo de Eduardo Frei, se posiciona inteiramente pela suspensão do relacionamento com Cuba. Como consequência, Castro adotou uma animosidade imediata à figura de Frei, o que impactou o relacionamento da Democracia Cristã, partido de Frei, com as demais forças de esquerda chilenas.

Esta decisão deve ser analisada sob a perspectiva de que a DC se propunha a realizar uma crítica simultânea às vias capitalistas e socialistas - em uma espécie de terceira via fundamentada numa concepção “teocêntrica” (Aggio, 2021). Logo, em que pese o posicionamento de centro, a DC adotou como política externa um alinhamento aos demais governos de direita da América Latina. Uma possível razão deste posicionamento seria a interpretação de que Frei procurava manter o contínuo relacionamento do Chile perante a OEA (país se tornou membro em 1950) e manter o apoio dos EUA - que foi angariado ao longo período eleitoral de Frei.

Os motivos deste posicionamento não serão enfrentados nesse trabalho, porém o que se pode apontar, por ora, é que Frei adotou uma postura de alinhamento aos interesses preponderantes da OEA.

Exemplarmente, cita-se que o Chile, sob o governo de Eduardo Frei, foi responsável por iniciar a X RCMRE (1965), com o objetivo de apontar a luta armada presente na República Dominicana, em abril de 1965, o que repercutiu no estabelecimento da Força Interamericana, um conjunto de forças militares dos Estados-Membros que interveio diretamente no país.

Uma segunda amostra do posicionamento de Frei ocorreu na XII RCMRE (1967), em que o representante chileno aderiu a "*Resolución III*" que oficializou o entendimento que o "*actual Gobierno de Cuba continúa dando apoyo moral y material al movimiento guerrillero y terrorista venezolano*". O que demonstra o estabelecimento de uma política externa crítica de Frei quanto ao governo cubano de Castro.

Eis o quadro geral da atuação do governo da DC: uma política externa marcadamente alinhada aos demais países do continente e à própria concepção da OEA. Todavia, este percurso se interrompe em 1970 com o início do governo de Allende. Em linhas gerais, Aggio sintetiza que Allende chega à presidência com uma política declaradamente marxista e

por meio de eleições, com intuito de implantar o socialismo por meio da “via democrática” (Aggio, 2021).

Sustentado por uma coalizão política, a Unidade Popular (UP), Allende adotou como discurso a possibilidade de implementar o socialismo pela democracia, em decorrência das particularidades institucionais do país, como estabilidade política e continuidade de práticas eleitorais<sup>9</sup>. Um posicionamento, em si, contrário ao sustentado na OEA, como ilustrado anteriormente.

Dentro deste contexto, a atuação de Allende perante a OEA pode ser descrita em termos de *enfrentamento*. A política externa de Allende se posicionou contra a própria ideia de pan-americanismo - estrutura fundamental da concepção da OEA - e defendeu o estabelecimento de sistemas regionais exclusivamente latino-americanos, ou seja, sem a presença estadunidense (Airola, 2013). Ainda em termos de confronto, Allende se posicionou publicamente pela dissolução do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, fonte documental que foi utilizada para justificar a suspensão de Cuba e a intervenção da República Dominicana (Kaufman, 1976). Em conjunto com a retomada

---

<sup>9</sup> Idem Aggio (2021).

de relações diplomática com Cuba, incluiu também uma visita de Castro ao Chile em novembro de 1971 (Aggio, 2003).

Ademais, o Chile de Allende se alia estrategicamente aos governos do Equador e Peru para questionar medidas coercitivas econômicas implementadas pelos EUA na XIV Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores (1971). Isso demonstra um uso estratégico do sistema interamericano e que contrasta com a opção chilena de não comparecer à reunião da Assembleia Geral da OEA do mesmo ano (OEA, 1971).

Fora o contraste entre as políticas externas de Frei e Allende, observa-se que o governo da UP adota um viés pragmático de suas possibilidades e limitações no contexto internacional da Guerra Fria. Logo, a despeito de permanecer nas instâncias internacionais (como a OEA), atua em tom crítico e estratégico quanto às suas chances de diálogo com os demais Estados-Membros e na própria Organização. Ademais, não surpreende a ausência de reação da OEA quanto à deposição de Allende, em setembro de 1973 e o aceite quanto à instituição do governo de Pinochet. O exposto acaba por proporcionar indícios interessantes quanto a animosidade da OEA aos governos de esquerda - mesmo que eleitos democraticamente.

---

## REFERÊNCIAS

AGGIO, Alberto. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*. Curitiba: Appris, 2<sup>a</sup>. Ed. 2021. 104 p.

AGGIO, Alberto. *Uma insólita visita: Fidel Castro no Chile de Allende*. História, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 155-166, jan. 2003.

AIROLA, Jorge Magasich. La política internacional chilena del gobierno de la Unidad Popular 1970-1973: un intento de pluralismo en las relaciones internacionales. *Tiempo Histórico*, Santiago, v. 1, n. 7, p. 15-27, fev. 2013. 19 p.

FERMANDOIS, Joaquín. *La revolución inconclusa – la izquierda chilena y el gobierno de la Unidad Popular*. Santiago: CEP, 2013

HERZ, Mônica. Carta da OEA (1948). In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). *História da paz*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

KAUFMAN, Edy. La política exterior de la Unidad Popular chilena. *Foro Internacional*, México, v. 2, n. 17, p. 244-274, dez. 1976. 254 p.

MENEZES, Wagner. *A contribuição da América Latina para o Direito Internacional: o princípio da solidariedade*. 2007. 342 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Integração da América Latina, Prolam, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 40.

OEA. Assembleia Geral. San José. *Ata final do primeiro período ordinário de sessões - San José, Costa Rica 14 a 23 de abril de 1971*.

OEA. Reunião dos Ministros das Relações Exteriores. Punta del Leste. *Ata final da 80 Reunião de consulta dos Ministros das Relações Exteriores de 22 a 31 de janeiro de 1962*.

POKORSKI, Grazielle de Oliveira. *OEA e democracia: um estudo sobre o caso cubano*. 2012. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

## **CAPÍTULO 5 - ALLENDE E A PUBLICIDADE POST-MORTEM: UMA CRÍTICA DA INDÚSTRIA CULTURAL**

Deise Oliveira <sup>10</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Depois de mais de uma década da deposição do presidente eleito, Salvador Allende, os chilenos viviam mais um episódio histórico: a votação do Plebiscito nacional do Chile de 1988 que decidiria se o atual presidente, Augusto Pinochet, governaria por mais 8 anos ou não.

Diferente do esperado pelo governo, o período militar foi derrotado pelo NO, como ficou conhecida a campanha de oposição conduzida por uma coalização de centro-esquerda. A campanha construída para derrotar o ditador chileno é um exemplo de instrumentalização da Indústria Cultural, que ganharia ainda mais poder na sociedade com a chegada da quarta fase do processo de globalização. Os frankfurtianos, Theodor Adorno e Max Horkheimer, já analisavam a indústria

---

<sup>10</sup> Possui graduação em Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Literatura Portuguesa, Literatura Brasileira e Literatura de Língua Inglesa. Ingressou no curso de Mídia, Informação e Cultura do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC-ECA USP) para especialização, esse pendente de conclusão. Atua como especialista em comunicação digital. E-mail: deiseoliveira@gmail.com

da cultura em a *Dialética do Esclarecimento*, sinalizando que “a advertência contra a publicidade comercial, que chama a atenção para o facto de que nenhuma firma dá nada de graça, vale em toda parte e, depois da moderna fusão do mundo dos negócios com a política, vale sobretudo para esta” (1947, p 119).

Naquele momento, o mundo se preparava para uma significativa expansão do sistema capitalista, que viria a se consolidar no ano seguinte com a queda do muro de Berlim e o advento de uma Nova Ordem Mundial. Essa nova fase solidificaria o capitalismo ao integrá-lo globalmente. Assim, as ditaduras militares instauradas na América Latina durante a Guerra Fria já não tinham espaço por dificultarem a circulação de capital.

É inegável que a derrota de Pinochet representava a oportunidade de reconstituir um estado democrático após 16 anos da ditadura. No entanto, torna-se necessário refletir sobre a advertência de Adorno e Horkheimer feita ainda nos anos 1940 e analisar a ambiguidade do poder midiático. Se, por um lado, viabilizou a derrota da extrema-direita no Chile, por outro se apropriou da representação política de importantes figuras, moldando seus legados aos interesses políticos e econômicos ao longo das últimas décadas, sentenciando o ideal revolucionário ao mundo da fantasia e

do mártir morto, o que nesse texto chamarei de publicidade *post-mortem*.

O século XX foi decisivo para as mídias tradicionais transcenderem e alcançarem o controle da comunicação global, por terem em seu alcance dispositivos capazes de atingir o máximo de pessoas, como uma verdadeira ferramenta a serviço do capital financeiro e da hegemonia cultural. Ao analisar a relação do homem e da mercadoria em *O Capital* (1867), Karl Marx reflete sobre a herança da ocultação das relações sociais dentro do contexto de expansão do capitalismo e exploração do trabalho. O fetiche da mercadoria marca o poder exercido sobre o indivíduo, extrapolando seu papel de troca, dominando as relações entre o sujeito e o produto, entre o poder e o subordinado.

A Indústria Cultural é um importante componente para dar sustentação a essa estrutura de poder. Além do produto em matéria, há também o simbólico para ressignificar a realidade, trazendo para o mundo concreto um *way of life* moldado para estabelecer padrões. O ex-presidente chileno, Salvador Allende, primeiro socialista eleito por voto na América Latina, provavelmente não imaginou que seu legado poderia ser explorado de modo a ofuscar sua própria concepção ideológica: o liberalismo também é capaz de transformar em mercadoria os sonhos revolucionários,

desfazendo o antagônico sem obstruir a totalidade da sua essência, tornando-o um mito; ou melhor, uma lenda.

Ao voltar os olhares para a campanha do NO, percebe-se a oferta de um novo país, livre e próspero, representado por um arco-íris vibrante, uma solução colorida, com a opção de voto em destaque e um slogan que cantava novos caminhos: *“Chile, La Alegria Ya Viene”*. É inquestionável que a derrota do governo não se deu apenas em função da estratégia de marketing político, embora tenha conseguido apreender a importância de dar ópio ao povo que estava paralisado por uma sobriedade enlutada e desesperançada.

Em todo esse percurso para derrotar o governo de Pinochet, um elemento marcante ficou de fora: Salvador Allende. Ao ser eleito em 1970, assumiria a tarefa de levar o país ao socialismo por vias institucionais, sem revolução armada, a chamada “via chilena”. Projeto esse que, em meio à crise econômicas no país, foi interrompido pelo golpe de estado apoiado pelos EUA.

O governo anterior à Allende, liderado por Eduardo Frei Montalva (Partido Demócrata Cristão), havia sido construído sobre um projeto desenvolvimentista-conservador e, embora tenha implementado políticas públicas, dependia de empréstimos externos para colocar o plano de governo em prática, o que elevou a lucratividade das empresas norte-

americanas que dominavam o setor, após a implementação da “chilenização do cobre”.

O processo eleitoral que levou Frei ao poder, em 1964, recebeu uma elevada verba publicitária dos EUA. No livro *Killing Hope: U. S. Military and CIA Interventions Since World War II - Part I* (2003), o jornalista William Blum aponta a notável dimensão da campanha registrada em documentos não oficiais da Agência Central de Inteligência:

The propaganda campaign was enormous. During the first week of intensive propaganda activity (the third week of June 1964), a CIA-funded propaganda group produced twenty radio spots per day in Santiago and on 44 provincial stations; twelve-minute news broadcasts five times daily on three Santiago stations and 24 provincial outlets; thousands of cartoons, and much paid press advertising. By the end of June, the group produced 24 daily newscasts in Santiago and the provinces, 26 weekly "commentary" programs, and distributed 3,000 posters daily

Com o êxito da Revolução Cubana, as tensões políticas na América Latina se aprofundavam. Para os EUA, uma nova revolução socialista no continente representava um perigo para sua soberania no contexto mundial e um movimento de derrota perante a União Soviética. A campanha publicitária que deu vitória aos Democratas Cristãos ilustrava os ânimos na esfera política e social, construída com o objetivo de repelir e inviabilizar os ideais revolucionários que sopravam no

continente, utilizando-se de uma linguagem pautada no medo e aversão ao comunismo, ateísmo e socialismo, prioritariamente.

Diferentemente de seu contemporâneo Che Guevara (1928-1967), Allende era presidente eleito dentro da constitucionalidade quando foi sitiado no Palácio La Moneda, com o apoio dos EUA, aos 65 anos de idade, uma narrativa menos palatável para o ideal republicano. No entanto, ambos têm seus marcos históricos fixados no contexto político social do século XX, não há como simplesmente apagá-los.

A figura do revolucionário argentino, que também lutou pela Revolução Cubana, ganhou ares de Pop Art, sendo difundida ao redor do globo como um símbolo de resistência passiva. A construção ideológica por trás da imagem é esvaziada, esquecida, dando espaço às camisetas com frases de efeito, alimentando o culto do Mártir intocável. Assim, seria possível embalar o desejo libertário em uma espécie de tributo fúnebre que ao mesmo tempo nos lembra as consequências de se rebelar contra a ordem vigente.

O ex-presidente chileno, no entanto, não ganhou a mesma projeção cultural do Che: sua derrota não representa necessariamente o ideal libertário, apagado em uma disputa armada. Ela é fruto de uma sequência de interferências externas, que, expõem ao mundo a brutalidade de atacar um

presidente eleito com tanques e fuzis no palácio oficial. É bem verdade que a figura de Allende tem sido difundida gradativamente na indústria cultural ao longo dos anos, dando vida ao símbolo que abstrata seu ideal de socialismo e a tentativa de ressignificar e afastar um fantasma que ainda ronda o espectro político.

A conceitualização desse momento histórico é mais um produto que vende um desejo de mudança moldado pela cultura da publicidade post-mortem, porém, ironicamente, já ceifado com a destituição dos legados reais. A problemática, no entanto, não consiste em condenar o uso da imagem enquanto produto, mas sim compreender que o apagamento ideológico dessas personalidades históricas e antagônicas são importantes ferramentas para a consolidação do capitalismo global por meio dos processos de hegemonização.

No entanto, para Stuart Hall (2006), é pouco provável que a globalização destrua as identidades nacionais, condicionada a trazer cada vez mais novas características e ressignificações, difundindo a micropolítica como uma ferramenta a serviço da Indústria Cultural. Conforme Hall,

*“O discurso da cultura nacional não é, assim, tão moderno como aparenta ser. Ele constrói identidades que são colocadas, de modo ambíguo, entre o passado e o futuro. Ele se equilibra entre a*

*tentação por retornar a glórias passadas e o impulso de avançar em direção à modernidade".*  
(Stuart Hall, 2006)

Materializar o sonho revolucionário de modo a não desestabilizar os ideais liberais durante o percurso de superação da Guerra Fria foi um dos desafios do processo de globalização dentro das estruturas democráticas.

Há de se levar em consideração que a solução criada por meio da indústria cultural para adentrar a era democrática era o antídoto criado pelo sistema vigente para amenizar sua própria interferência imperialista. Diante disso, o imaginário social, ainda marcado pela Guerra Fria, precisaria ser ressignificado sem antagonismos reais, valendo-se da queda de figuras representativas da esquerda para descaracterizá-las sem se opor as ideias de mudança social ainda vivas na sociedade democrática, porém sentenciando o ideal revolucionário ao mundo da fantasia e do mártir abstratizado, delineando um processo refinado de publicidade *post-mortem*, vendendo o simbólico e sufocando o discurso, em um movimento de transformar o sonho igualitário em mera ilusão da juventude. E esse é um dos grandes desafios da esquerda do século XXI: reconquistar sua narrativa ideológica e trazê-la para o plano concreto em meio ao monopólio cultural cada vez mais acentuado pelas recentes mídias digitais.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *A industrial Cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*, 1985.

AGGIO, Alberto. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*. Curitiba: Appris, 2021.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo: A transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008

BLUM, William. *"Killing Hope: U. S. Military and CIA Interventions Since World War II - Part I"*. Zed Books, 2003.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro-11. ed. -Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

## **CAPÍTULO 6 - DA EXPERIÊNCIA CHILENA AO EXPERIMENTO LIBERAL**

Paulo Roberto de Camargo <sup>11</sup>

### **INTRODUÇÃO**

O acirramento das tensões sociais no Chile durante o governo de Salvador Allende fez com que os grupos sociais contrários a ele se organizassem de forma a reagir perante as medidas econômicas adotadas e ao clima social de confronto existente no período de 1970 a 1973. Um ponto crucial dessa reação ao governo foi sem dúvida a questão econômica baseada em um receituário liberal proveniente dos ensinamentos da Escola de Chicago que possuía desde os anos 1950 um convênio com a PUC chilena, na qual vários economistas que tentavam aplicar seus pressupostos na economia de Chile. Um de seus expoentes foi Sérgio de Castro, economista que durante os anos do governo Allende se reuniu com vários atores sociais para definir princípios de uma nova política econômica baseada em pressupostos liberais.

---

<sup>11</sup> Foi aluno especial no Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo – PROLAM-USP. E-mail: paulorcamargo@terra.com.br

Em um cenário de grande confrontação política no qual já estava em questão uma crise social com a aceleração da inflação, dificuldades no abastecimento de produtos básicos e grande descontentamento da classe empresarial, foi no ano de 1972 que os princípios de uma nova política econômica capitaneada por Sergio de Castro foram oficialmente divulgados. As bases para a futura implementação de uma política liberal destinada a resolver as dificuldades de desenvolvimento econômico do Chile – mais tarde denominada de neoliberalismo – estava voltada para uma dimensão sistêmica que iria muito além de medidas liberalizantes, e que se opunha ideologicamente às medidas então em curso do governo Allende.

Segundo Alberto Aggio (2021, p.3) o quadro político-institucional existia em descompasso com a lentidão das mudanças econômicas no decorrer de décadas, o que levou a Unidade Popular a supor o socialismo como única possibilidade de superação rápida desse impasse ao apresentar os seguintes objetivos em seu programa de governo (PROGRAMA, 1969):

- 1- Inserir a maioria da população chilena na esfera de um consumo adequado a suas necessidades uma vez que este satisfaz somente a população de alta renda com consumos supérfluos.

- 2- Ampliar o nível de renda da população através da adequação do sistema produtivo de geração de emprego adaptado tecnologicamente às necessidades de desenvolvimento do país.
- 3- Livrar o Chile da subordinação ao capital estrangeiro através da expropriação do capital imperialista e dotar o país de autonomia no financiamento de suas atividades com maior independência do setor tecnológico.
- 4- Assegurar um crescimento rápido para desenvolver as forças produtivas com aproveitamento dos recursos humanos, naturais, financeiros e técnicos para desenvolver a produtividade e propiciar uma vida digna e humana.
- 5- Desenvolver uma política de comércio exterior com diversidade produtiva para abertura de novos mercados e garantir a estabilidade monetária sem grandes desvalorizações.
- 6- A luta contra a inflação deve se dar pelas mudanças estruturais acima citadas bem como direcionar o crédito para atividades produtivas e impedir que a demanda de 1% da população de alta renda incentive a alta de preços.

Os dados da tabela abaixo mostram que o processo inflacionário a partir de 1972 é um indicador das tensões existentes no Chile em função do aquecimento da economia

decorrente das políticas adotadas no ano anterior. Houve escassez de produtos ocasionada pela falta de investimentos produtivos limitados pela maior capacidade de produção com desconfiança crescente desses setores produtivos em relação às políticas estatizantes da UP, que contribuíram em muito para o acirramento dos confrontos sociais no Chile.

**Tabela 1 – Dados sobre o Chile**

ANO	PIB %	Inflação %	Desemprego %	Cambio	Déficit Público (% PIB)	Déficit Balança Comercial (% PIB)
1970	2,1	34,9	5,7	111,9	2,7	12,5
1971	9,0	22,1	3,9	94,6	10,7	13,3
1972	-1,2	260,5	3,3	43,4	13	15,9
1973	-5,6	605,1	5,0	40,7	24,7	15,1

Fonte: Archivo Chile

No plano econômico elaborado em 1972, Sergio de Castro descreve a situação no período que concebe suas diretrizes econômicas:

Es indudable que en la actualidad el deficiente desarrollo económico de las últimas décadas no sólo ha acumulado un sin número de tensiones y frustraciones, sino también ha autoalimentado el crecimiento de tendencias políticas e ideológicas que alejan al país de una posibilidad concreta de resolver sus problemas de manera eficiente, dentro

de un esquema de legitimidad y respeto mutuo entre los chilenos. La crisis social, política y económica es evidente y no requiere un análisis más detallado. (Castro, 1992, p.22)

Sergio de Castro parte de considerações históricas para efetuar o seu diagnóstico da economia no qual toma por base a referência de décadas que a antecedem para culminar em tensões e frustrações sociais no período de Allende. Considera o aspecto ideológico, no caso a política de Unidade Popular, como fator de instabilidade política que impede a existência de um cenário favorável ao desenvolvimento econômico, e, portanto, carente de legitimidade. O clima social de confronto evidenciava essa afirmação de Sergio de Castro.

El esquema de políticas económicas que se propone en este informe supone un cambio radical en la situación presente y está concebido en términos de la existencia de un Gobierno de conciliación nacional, poseído de gran prestigio por su objetividad e imparcialidad y premunido, por ende, de una autoridad generalmente aceptada. Será tarea fundamental del Gobierno el promover un nuevo consenso que permita aunar la capacidad de trabajo, ahorro y creatividad de todos los chilenos y además, que posibilite la creación de un marco estable de instituciones y políticas que garanticen la permanencia y eficacia del sistema. (Castro, 1992, p.22)

Castro clama por estabilidade política e conciliação nacional, dentro de uma racionalidade específica ao se utilizar de termos como objetividade, imparcialidade e eficácia, o que permitiria a estabilidade de instituições. Importante frisar aqui que não se trata apenas de medidas corretivas, mas sim de um “sistema” permanente. Na sua visão, a necessidade de uma mudança radical denota o esgotamento de um ciclo histórico em um ambiente democrático sem legitimidade para promover uma conciliação nacional.

El conjunto de políticas propuestas constituye un todo armónico y no es aplicable por parcialidades; por el contrario, la aplicación parcial o limitada de él podría dar origen a un sinnúmero de efectos no deseados, que no han sido analizados em este trabajo. (Castro, 1992, p.22)

Além de enfatizar que sua proposta se baseia em um sistema, Castro especifica a dimensão de tempo para a implementação do sistema de forma integral, sem medidas parciais, e considera esse enfoque voltado a situações existentes em países subdesenvolvidos. Nesse caso estima em 10 anos o tempo para promover uma taxa aceitável de crescimento de 7% ao ano que duplicaria o produto nacional (Castro, 1992, p.21), pois considera...

La coherencia y unidad de los distintos aspectos de la política económica son un requisito básico de cualquier programa de acción y no está de más recordar que en muchas ocasiones la aplicación limitada o parcial de políticas, fue el elemento determinante de su fracaso total... En suma, es necesario que la totalidad de los elementos de un programa estén debidamente armonizados, sean compatibles y no generen contradicciones o establezcan objetivos antagónicos. (Castro, 1992, p. 23)

Sobre o tempo para a implementação de políticas econômicas a longo prazo, Castro o contrapõe às características das demais políticas implementadas no Chile em décadas anteriores baseadas em crescimento rápido que culminam no “triunfo da demagogia marxista”. Afirma a não cientificidade da política econômica da Unidade Popular por apresentar um “esquema não provado”, pois “menos de tres años han bastado para demostrar el fracaso rotundo, y cada vez más evidente, de la receta marxista.” (1992, p. 29)

Creemos que este rendimiento verdaderamente desalentador de nuestra economía explica en gran parte por qué la ciudadanía ha deambulado a lo ancho del espectro político en los últimos 30 años, en búsqueda de sucesivas panaceas que generen un desarrollo más rápido y sostenido de nuestra economía. Esta ansiedad por obtener un desarrollo económico más rápido y el fracaso de los sucesivos programas intentados para generarlo, han abonado el camino para el triunfo de la demagogia marxista que se presentó con el halo de un esquema no probado y que prometía el mejoramiento sustancial

del nivel de vida de la inmensa mayoría de los chilenos, sin sacrificar sino que a los más ricos (Castro, 1992, p.28).

### Sobre a participação do Estado na política econômica...

Un argumento general que se utiliza en favor de la irrestricta intervención del Estado, es la necesidad de planificar el conjunto de actividades del país. Coincidimos con esta necesidad. Pero es necesario aclarar que la planificación debe realizarse teniendo objetivos y metas claras de crecimiento, y que en la consecución de sus fines, pueden utilizarse mecanismos indirectos e incentivos con el objeto de orientar el uso de los recursos productivos. En Chile la planificación ha sido una palabra carente de contenido o precisión que se ha utilizado para establecer mecanismos de control, cuyo único objetivo es el control por el control y no una orientación eficiente en el uso de los recursos productivos (Castro, 1992, p. 31).

Diante dessas considerações feitas por Castro, pode-se resumir seu programa, proposto em 1972, em cinco pontos:

- 1- Tensões e frustrações sociais derivadas de políticas econômicas fracassadas que desembocaram em políticas e práticas de cunho ideológico alheias às possibilidades concretas de realização.;

- 2- Importância de estabilidade social uma vez que as políticas a serem adotadas se situam em um sistema sustentado por uma autoridade legítima;
- 3- Tempo estimado de ao menos 10 anos para implementação;
- 4- O viés ideológico da política econômica de Allende, sem base de comprovação científica, baseada em estatizações improdutivas e expropriações.
- 5- Considera a necessidade do Estado em planificar as atividades econômicas, o que coincide com o propósito da política econômica da Unidade Popular, mas que se diferencia dessa pela não proposição de metas claras e fomentação do burocratismo que não possibilita controle interno e externo.

Em termos de análise econômica a proposição de Sergio de Castro seria a resolução definitiva do atraso econômico chileno dentro do que considera ser seus fundamentos científicos com a necessária estabilidade política. A situação social de confronto existente no Chile, em 1972, é tida como um produto histórico e entrave para a aplicabilidade desse sistema pois considera o governo da Unidade Popular sem legitimidade para tanto.

Ao considerar que as políticas adotadas pela Unidade Popular se distanciavam das possibilidades de resolução dos problemas econômicos, coloca-se em questão a validade do processo democrático existente até então, pois além de descredenciar as medidas levadas a cabo pelo governo como ideologia, propõe a adequação da política ao direcionamento futuro da economia na consideração de uma estabilidade social necessária. Dessa maneira, essa sobreposição da economia à política dá o tom experimental ao caso chileno. Como um dos porta-vozes dos setores opostos ao governo de Allende, a política econômica traçada por Sergio de Castro contribuiu de forma relevante para a unificação da oposição e para os desdobramentos posteriores dentro do clima de confronto existente.

## REFERÊNCIAS

AGGIO, Alberto. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*. Curitiba: Appris, 2021.

ALCÀZAR, Joan del. De la victoria de Allende a la actual crisis de Estado. In *¿Qué fue de las grandes alamedas?* València: Editorial Tirant, 2020, p. 41-70.

ARCHIVO CHILE. Disponível em: Análisis económico de los gobiernos chilenos 1964-2000 (archivochile.cl) . Acesso em 18 mai. 2021.

CASTRO, Sergio de. *El Ladrillo: bases de la política económica del gobierno militar em Chile*. Santiago de Chile: centro de Estudios Públicos, 1992. Disponível em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/archivos2/pdfs/MC0032306.pdf>. Acesso em 18 mai. 2021

PROGRAMA BASICO DE GOBIERNO DE LA UNIDAD POPULAR. *Candidatura Presidencial de Salvador Allende*. 1969. Disponível em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/archivos2/pdfs/MC0000544.pdf> Acesso em 09 mai. 2021.

---

## CAPÍTULO 7 - A LÓGICA INTERNACIONAL DA VIA CHILENA AO SOCIALISMO, 50 ANOS DEPOIS <sup>12</sup>

Joan del Alcàzar <sup>13</sup>

### INTRODUÇÃO

Quando Salvador Allende venceu as eleições presidenciais em 14 de setembro de 1970, há pouco mais de

---

<sup>12</sup> Publicado originalmente em *América Latina Hoy*, volume 87, p. 1-18, 2021, Salamanca, Espanha; tradução de Marcus Vinícius Furtado da Silva Oliveira.

<sup>13</sup> Professor da Universidade da València. Catedrático d'Universitat al Departament d'Història Moderna i Contemporània de la Universitat de València. Va obtenir Premi Extraordinari de Llicenciatura i Premi Extraordinari de Doctorat. El 1998 va ser Perit de l'Acusació davant l'Audiència Nacional d'Espanya, al Sumari 19/97 Terrorisme i Genocidi "Xile-Operatiu Còndor", que instruïa el jutge Baltasar Garzón contra Augusto Pinochet Ugarte i altres per genocidi, terrorisme i tortures. Ha publicat diversos llibres i articles a Espanya, Mèxic, Argentina, Xile, Brasil, Itàlia, Colòmbia, Equador i Estats Units; i ha actuat com a professor convidat a diferents universitats espanyoles i americanes. Entre els seus llibres cal citar: (con Sergio López Rivero) *De compañero a contrarrevolucionario. La Revolución cubana y el cine de Tomás Gutiérrez Alea*, Publicacions de la Universitat de València, 2009; (con W. Ansaldi y otros) *Historia Actual de América Latina, 1959-2009*, Tirant Llibres, València, 2011. (Joan del Alcàzar y Esteban Valenzuela eds.), *Chile 73. Memoria, impactos y perspectivas*, Valencia/Santiago de Chile, PUV/Universidad Alberto Hurtado, 2013; y, en solitario, *Chile en la pantalla. Cine para escribir y para enseñar la historia (1970-1998)*, Valencia/Santiago, PUV/Centro de Investigación Diego Barros Arana, 2013; i, més recentement: *Política y utopía en América Latina. Las izquierdas en su lucha por un mundo nuevo*, Tirant Llibres, 2018 y *¿Qué fue de las grandes alamedas? Chile, 1970-2020. De la victoria de Allende a la actual crisis de Estado*, Valencia, Tirant, 2020. Tambien ha publicado (junto a N. Tabanera, J.M. Santacreu y A. Marimón) *Historia Contemporánea de América*, Valencia/México DF, Publicacions de la Universitat de València/Universidad Nacional Autónoma de México, 2003. Com a docent, ha estat Vicedegà de la Facultat de Geografia i Història, Vicerector de Professorat de la Universitat de València, Director de la Universitat d'Estiu de Gandia i Director del Centre Internacional de Gandia de la Universitat de València. Actualment és Director d'Activitats Acadèmiques del Centre Internacional de Gandia de la Universitat de València (CIG-UV). E-mail: jalcazar@uv.es

uma década havia se concluído com êxito a aventura, em princípio de aparência nacionalista e romântica, lançada por Fidel Castro e umas dezenas de correligionários na Sierra Maestra cubana. Logo após sua vitória, o líder dos barbudos se aliou com entusiasmo a União Soviética, para grande surpresa da administração Eisenhower. John F. Kennedy, o inquilino seguinte da Casa Branca, herdou de seu antecessor uma operação militar contrarrevolucionária, a da Praia Girón ou da Bahia dos Porcos, que terminou num tremendo fracasso para os invasores. Além disso, Kennedy foi o responsável pela gestão americana do mais grave conflito que viveram as duas superpotências protagonistas da Guerra Fria: a Crise dos Mísseis, que transcorreu durante treze dias do mês de outubro de 1962. Um avião espião estadunidense fotografou o que seriam plataformas de lançamento de foguetes soviéticos instaladas em território cubano.

Nem antes nem depois daquelas semanas o mundo esteve tão próximo de um conflito militar atômico que poderia possivelmente acabar com a vida no planeta. Na esteira desse enfrentamento não consumado, os americanos prometeram a si mesmos que não haveria “mais Cubas” no que chamavam de hemisfério americano. Paralelamente, a URSS fez algo similar pouco tempo depois, como descobriram com amarga surpresa os sandinistas

nicaraguenses frente à Guerra de Baixa Intensidade posta em marcha por Ronald Reagan.

Uma década antes, em razão da situação política do Chile ao longo da década de sessenta, os norte-americanos tentaram impedir por todos os meios que Allende se tornasse presidente à frente da Unidade Popular (UP). Fracassaram em seu intento, mas não se conformaram e se dedicaram a tornar impossível a vida do novo presidente e de seu governo. Recorde-se a brutal sentença confessada por Henry Kissinger, secretário de Estado de Richard Nixon, em que anunciava que seu país não permaneceria impassível diante da irresponsabilidade daqueles que decidiram converter o Chile em um país comunista. Soubemos depois, graças ao depoimento – a meu juízo, pouco conhecido e insuficientemente valorizado – daquele que em seu momento foi embaixador de Washington em Santiago, Edward Korry, sobre como se temia na Casa Branca a possibilidade de criação de um eixo Havana/Santiago do Chile.

50 anos depois daquela vitória de Allende e passado meio século desde que se colocou em marcha um governo que pretendia desenvolver aquilo que se chamou de via

---

chilena ao socialismo, aquele processo segue sendo matéria de análises e debates, tanto políticos como acadêmicos.<sup>14</sup>

Os promotores da nova rota afirmavam sua pretensão de realizar as transformações estruturais necessárias para estabelecer um sistema político socialista que mantivessem um escrupuloso respeito institucional e que não violentasse o marco constitucional (CASALS, 2010; FERMANDOIS, 2013; RIQUELME, 2015). Isso é o que diziam, ainda que não de forma unânime; no entanto, seus opositores, aqueles que não votaram em Allende (mais de 62% dos eleitores, não se pode esquecer), tinham razões para insuflar seus receios e medos porque Salvador Allende não se cansava de repetir que sua missão era levar o Chile ao lugar que Fidel Castro havia levado Cuba, mesmo que por um caminho distinto. Quando Castro visitou o Chile no final de 1971, em um dos muitíssimos atos de massas em que participou, especialmente em Puerto Montt em 18 de novembro, o presidente chileno se dirigia a uma multidão entusiasmada e fiel afirmando “a importância transcendente da luta do povo cubano”, ao mesmo tempo em que rendia “homenagem a abnegação revolucionária de seus condutores”. Entretanto, quando afirmou que “a herança de Cuba não é a realidade do Chile; que nós temos

---

<sup>14</sup> Serve como exemplo o evento na Universidade de Santiago do Chile (USACH), organizado por seu Departamento de História, entre os dias 9 e 10 de setembro de 2020, sob o título “50 anos da Unidade Popular”, um seminário internacional em que tive a oportunidade de apresentar um de seus trabalhos.

que fazer nosso próprio caminho”, foi interrompido pelos gritos de uma parte da plateia. Visivelmente incomodado, Allende se dirigiu ao público dizendo:

A revolução no Chile não se faz somente gritando revolução, a revolução se faz conscientemente, com um povo organizado que sabe os riscos que tem que aceitar [aplausos]. E, por último, vou dizer aos companheiros que gritam revolução, que Fidel Castro não estaria no Chile se aqui não houvesse triunfado um governo revolucionário [aplausos]. Fidel Castro não se prestaria à farsa de vir aqui visitar um país de oportunistas e um governo claudicante.

Explicitamente, Allende reconhecia em Fidel a faculdade de homologar o caráter revolucionário de seu governo, que era simplesmente reformista, assim como de reconhecer sua capacidade de conduzir o Chile à meta socialista, atendendo, assim, às particularidades nacionais chilenas, distintas daquelas de Cuba antes de 1956: “Ele [Fidel] tem consciência e sabe que o que fazemos é uma revolução de acordo com nossa realidade [aplausos] e que por isso é que está presente nosso companheiro e amigo, chefe da Revolução Cubana”.

Reforçando a ideia do inquestionável cariz revolucionário da experiência política vivenciada pelo Chile,

Allende afirmou categoricamente: “Eu não sou mais um presidente, eu sou o presidente de um Governo Popular, nacional e revolucionário que deve dizer-lhe que nós o alcançamos e que o povo está agora no governo [aplausos e gritos] (*Fidel en Chile*, 1972).<sup>15</sup>

Allende se esforçou sempre para ser considerado um revolucionário e não um reformista (ALCÀZAR; BETTANCOURT, 2015). De fato, esse é – em meu entendimento – o paradoxo mais notável daquele mandatário. Tantos anos depois continua a chamar atenção que aquele político chileno merecesse a condição de perigoso revolucionário por seus inimigos; de homem que poderia ser o artífice de uma réplica do exemplo cubano no Pacífico sul-americano; que tenha sido considerado uma ameaça para a segurança dos Estados Unidos ou que pudesse pôr em marcha um eixo Santiago/Havana; e tudo isso enquanto uma boa parte de seus companheiros das esquerdas chilenas negavam a ele suas credenciais de um revolucionário verdadeiro. Sem dúvidas, um grande paradoxo.

Fidel Castro, o supremo guardião do cânone revolucionário continental, somente reconheceria o caráter

---

<sup>15</sup> Todas as citações referentes a visita do comandante cubano ao Chile procedem do texto *Fidel en Chile* (1972)

---

revolucionário de Allende depois de sua morte. Fidel Castro chegou a dizer, em 28 de setembro de 1973 em Havana, numa homenagem ao líder chileno, que este havia finalmente compreendido qual era a via correta; que havia se arrependido de ter afirmado que o socialismo poderia ser alcançado sem empunhar armas. Conclusão: Allende morreu como um guerrilheiro (TIMOSI, 1974).

Aquela foto parcamente militar do presidente chileno no 11 de setembro, com o capacete e a metralhadora nas mãos, em conjunto com o relato que Castro fez na praça da Revolução sobre como foram as últimas horas do assalto dos golpistas a La Moneda, foram a confirmação de sua incorporação ao panteão dos grandes revolucionários (ALCÀZAR; BETTANCOURT, 2015).

Paradoxos à parte, não parece exagerado dizer que para aqueles que votaram em Allende tratava-se da materialização de um sonho: “Construir um Chile bem diferente” (como cantava *Inti Illimani*). Entretanto, é fácil compreender que, para os outros, e esses eram muitos, com a posse do novo presidente havia se iniciado um pesadelo.

O Chile era considerado “o país dos três terços” políticos: um terço para a direita, outro para o centro e o restante para a esquerda; e assim foi até metade do período da Unidade Popular. No entanto, desde bastante antes, o mundo era

muito distinto: era crescentemente bipolar, estava física e virtualmente dividido por uma Cortina de Ferro que não admitia matizes; era branco e negro. O planeta vivia imerso na Guerra Fria e essa fratura também chegou ao Chile (HARMER; RIQUELME, 2014). O país tornou-se cada vez mais binário: esquerda contra direita, comunistas contra anticomunistas. Nesse ponto, os militares estariam ao lado de quem tinham que estar, como sempre fizeram.

Entendemos que devemos prestar muita atenção a geopolítica internacional da época para compreender o que pretendeu ser e o que foi o processo político chileno para, então, poder avaliá-lo 50 anos depois.

Existe uma literatura a propósito das coordenadas internacionais do período da Unidade Popular (HARMER, 2009; ULIANOVA, 2000; SANTONI, 2014; HARMER; RIQUELME, 2014), mas também contamos com um volume considerável de textos que se concentraram na visão do país focada mais no que ocorreu dentro de suas portas, no corredor estreito que parte da Cordilheira do Pacífico, como se o Chile vivesse, em certa medida ao menos, à margem de uma realidade internacional; como se fosse uma excepcionalidade no marco geopolítico mundial. Não obstante, como bem explica Alfredo Riquelme:

O governo de Allende teve que enfrentar, inclusive antes de sua instalação, a hostilidade do governo estadunidense que se envolveu em uma conspiração político-militar voltada a provocar um golpe de Estado, convencida de que a chegada da esquerda ao poder no Chile implicava em uma ameaça a seus interesses estratégicos globais percebidos através do prisma da *Guerra Fria*. Essa hostilidade era compartilhada por grandes empresas transnacionais e organizações financeiras globais, pelas direitas – liberais, conservadores ou fascizantes – de todas as latitudes e pelos grandes partidos democratas-cristãos da Europa que compartilhavam essa visão apesar da diversidade de suas convicções e interesses (RIQUELME, 2014).

0

O processo chileno, portanto, teve muito de excepcional, porém não foi único em que o curso imposto pelas superpotências tenha determinado sua evolução e, como em outros casos, seu abrupto e cruento final.

## **1 OS CONVULSINADOS ANOS SESSENTA E SEUS EFEITOS**

Convém demarcar algumas ideias a propósito dos anos que precedem a eleição de Allende, sendo necessário recordar em primeira instância que a década de sessenta foi uma época de forte ideologização, principalmente de uma juventude que em boa parte do planeta estava decidida a mudar muitas coisas (ALCÀZAR, 2019).

Trata-se de uma época em que se vivia a luta entre dois modelos de sociedade: a que propõe as democracias ocidentais, com os Estados Unidos da América à frente, e as chamadas democracias populares encabeçadas pela União

Soviética. Essa rivalidade determinará que a expansão capitalista na Europa Ocidental seja acompanhada por uma forte presença de um Estado que atribuía enorme importância às questões sociais. Tratava-se de impedir qualquer tipo de contágio que pudesse vir das mãos das organizações abertas às propostas comunistas; para tanto, era essencial assumir boa parte de suas demandas de política econômica e social.

Será particularmente a juventude europeia que – nessa nova realidade aberta após a derrota do fascismo – começará a introduzir novas demandas na agenda política.

Na Europa, essa juventude se mobilizou com relativa autonomia em ambos os lados da Cortina de Ferro, logicamente mais no oeste que no leste, de modo que Paris marcou um antes e depois na evolução política da Europa Ocidental, enquanto em Praga os tanques soviéticos deixaram claros os limites do que se pode ou não fazer nos países do chamado socialismo real.

Pode-se concluir que o Ocidente adentrou em uma época de forte aceleração da realidade social, política e cultural e isso é percebido com clareza tanto nos Estados Unidos (do Alabama a Califórnia) quanto nos diversos países da América Latina, onde os movimentos sociais adquiriram cada vez maior importância.

Nesses anos surgiram nos Estados Unidos alternativas sociais ou culturais como os hippies, que participaram ativamente dos protestos contra a guerra do Vietnã e se entrelaçaram definitivamente com a luta pelos direitos civis dos afro-americanos. Produziram-se explosões de violência, às vezes extrema, nas quais houve vítimas mortais nas mãos da polícia ou da Guarda Nacional e que, por isso mesmo, foram explosões carregadas de raiva e impotência resultantes de um projeto de rebeldia minimamente estruturado. Pode-se dizer o mesmo do ativismo violento de uma parte dos jovens negros, especialmente depois do assassinato de Martin Luther King.

Em termos gerais, a juventude mobilizada contra a Guerra na Indochina, a que lutou pelos Direitos Civis dos negros e a maioria dos que se mobilizaram na Europa, podem ser considerados pacíficos e muitos deles pacifistas; em resumo, majoritariamente identificados como não violentos.

O contraste com o que ocorreu na América Latina é fortíssimo: aqui serão milhares de jovens que concluíram que a única saída possível e desejável para suas injustas e não solidárias sociedades passava por se organizar e treinar para a luta armada, para serem membros ativos de uma insurgência guerrilheira. Era evidente que esses novos

movimentos revolucionários foram marcados pelo exemplo e pelo relato hegemônico e sem matizes que se fez da Revolução Cubana.

O 68 latino-americano se iniciou com a morte de Che, em 1967, e acabou, se se quer fazer uma analogia com a visão eurocêntrica (Paris-Praga), em 69, com o Rosariazo (3 mortos) e o Cordobazo argentino (mais de 30 mortos), passando, evidentemente, pelo México de Tlateloco (em 1968, com mais de 300 mortos, segundo estimativa conservadora).

A fortíssima repressão empurrou milhares de jovens para a insurgência armada, não somente no México e na Argentina, mas também no Brasil, Uruguai, Guatemala, El Salvador, Nicarágua, Peru ou Colômbia. A vitória castrista em Cuba fez muitos pensarem que emular a Castro e Guevara assegurava o êxito e que fazê-lo era somente questão de atrevimento e firmeza revolucionária. Sem sombra de dúvida, uma afirmação corroborada pelos dirigentes cubanos.

Regis Debray e Ernesto Guevara despedaçaram o velho dogma leninista e sustentaram com grande ousadia que não era necessário esperar as condições objetivas para pôr em marcha a revolução, mas criar uma consciência revolucionária mediante os incentivos morais ante a injustiça social extrema. Daí a elaboração do foquismo: criar um, dois, “muitos Vietnã” na América Latina, como dissera o Che.

Para entender, pois, o desenvolvimento dos processos políticos e sociais durante a segunda metade da década de sessenta é necessário considerar as grandes linhas do que ocorreu em um mundo dividido em dois blocos antagônicos; um mundo em que, além disso, se estava produzindo as guerras de libertação nacional da África ao sudeste asiático.

Esse é o contexto em que deve se inserir o fenômeno mais transcendental da América Latina no período, talvez de todo o século XX: a Revolução cubana. Um processo localizado no Caribe, mas que cabe conectar com a guerra da Indochina, Argélia e Congo, na África, e com as mobilizações dos estudantes europeus: os jovens de Paris que, recordemos, entoaram em coro uma consigna em suas manifestações que evidenciava sua admiração em relação aos dois ídolos indiscutíveis: Gue-va-ra!!!/Ho-chi-Min!!!

Poderíamos dizer que – diferentemente do que ocorreu na Europa e nos Estados Unidos –, a juventude latino-americana não se contentará em realizar grandes manifestações ou concentrações de protesto, nem com explosões mais ou menos potentes de violência ou com a exigência de novas reivindicações como a liberdade sexual, o incipiente feminismo e o embrionário ecologismo.

Milhares de jovens latino-americanos vão almejar a emular Che Guevara e desejarão ser exemplos do homem

novo, alheio aos incentivos materiais; sentirão como uma realidade insuportável a extrema desigualdade de suas sociedades nacionais e será essa juventude fundamentalmente proveniente da classe média que tomará as armas para derrotar o capitalismo imperialista e alcançar o tão sonhado socialismo. Uma sociedade que imaginavam moralmente superior, na qual o homem não exploraria o homem e não existiria a propriedade privada dos meios de produção (ALCÁZAR, 2019).

É certo também que na Europa houve aqueles que se inclinaram pelas armas, pela luta armada, porém entendemos que, diferentemente do que ocorreu na América Latina, foram experiências minoritárias como as da Fração do Exército Vermelho alemão ou das Brigadas Vermelhas Italianas. Há dois movimentos a ressaltar que, à diferença dos anteriores, contaram com maior apoio social nos territórios em que atuaram: um é o IRA e outro é o ETA.

No contexto da Guerra Fria, as distintas insurgências armadas latino-americanas deverão enfrentar uma política contrainsurgente, patrocinada por Washington, contra o que chamavam de o inimigo interior, da qual as ditaduras militares amparadas na chamada Doutrina de Segurança Nacional foram a consequência mais evidente. Esse será o corpo doutrinal que utilizarão as Forças Armadas dos

diversos países, coordenados desde 1947 pelos Estados Unidos por meio do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e treinadas desde 1949 na Escola das Américas, no Panamá.

Para poder compreender cabalmente o complexo processo desses anos, daquela larga e vertiginosa década, tanto na Europa como na América, é necessário aceitar que tudo parecia possível aos olhos daqueles que decidiram apostar por desafiar a ordem existente (ALCÁZAR, 2019). O capitalismo e o imperialismo poderiam ser derrotados e aí estava Cuba e sua revolução para demonstrá-lo.

## **2 A VIA CHILENA NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO: ALIANÇA PARA O PROGRESSO E CONTRAINSURGÊNCIA**

Os Estados Unidos fizeram, como se disse, tudo que esteve em suas mãos para evitar que Allende fosse presidente do Chile. Não o conseguiram, mas nem por isso deixaram de considerá-lo como um inimigo a combater. Há bastante literatura sobre as viagens de empresários e de políticos de Santiago à capital dos Estados Unidos; dos encontros frequentes e discretos entre civis e militares chilenos com o pessoal ligado a embaixada norte-americana; sobre as maletas com dinheiro para gastar em propaganda

irregular, para pagar subornos ou sobre as malas com armas com as quais se cometeriam gravíssimos delitos (KORNBLUM, 2004). São particularmente impactantes as declarações que fez o embaixador norte-americano em Santiago do Chile, Edward Korry (GUZMÁN, 2004)<sup>16</sup>; um depoimento revelador tanto da capacidade de influência como da política de confronto implementada pela administração de Richard Nixon em relação ao governo de Salvador Allende.

Segundo o antigo embaixador de Washington em Santiago, “Nixon ordenou que a CIA impedisse que Allende assumisse a presidência”, algo que era conhecido. O mais relevante do depoimento de Edward Korry, contudo, são as referências à figura do presidente chileno.

Tem sido um motivo recorrente de discussão, tanto no âmbito político e partidário quanto no mais estritamente acadêmico, o caráter reformista ou revolucionário do presidente chileno. Parece-me necessário, nesse ponto, enfatizar uma ideia sobre a qual pouco se escreveu: aos olhos de quem dirigia a delegação diplomática estadunidense em

---

<sup>16</sup> Edward M. Korry ocupou o posto de embaixador dos EUA no Chile de 1967 a 1971. Durante anos foi suspeito, equivocadamente, de colaborar com os militares para evitar que um marxista se tornasse presidente do Chile. O diário *El País*, quando de seu falecimento, em 2003, publicou o resultado da investigação do Senado norte-americano a propósito do papel desempenhado pelo embaixador na conspiração da CIA para derrubar Allende (The New York Times, 2003).

Santiago, assim como para seu governo, não havia lugar para dúvidas a respeito de se Allende era um reformista ou um revolucionário. O diplomata o via com clareza:

Allende disse que os Estados Unidos eram o inimigo número um e o repetia sem cessar. Além disso, era um grande admirador de Castro, havia passado seis meses na China extasiando-se com o trabalho de Mao, admirava a Ho Chi Minh no Vietnã e era fã de Che Guevara. Sabíamos que, ainda que Allende parecesse atuar de forma legal e constitucional, o objetivo de sua política era eliminar toda a influência dos Estados Unidos. Teria sido uma guerra de classes para acabar com a oposição: a burguesia. Uma guerra de classes. Teria sido eventualmente um *fidelismo sem Fidel* (GUZMÁN, 2004).

Podemos afirmar, pois, que para o embaixador Edward Korry Allende era “mais um comunista” aliado próximo de Fidel Castro e, por isso, um inequívoco colaborador dos soviéticos. Quando se perguntava ao embaixador se Allende mereceria ser considerado como ameaça para os Estados Unidos, sua resposta não deixa lugar a dúvidas:

Se se considera a criação de um eixo Santiago-Havana na América Latina, em uma época em que as condições eram favoráveis a uma revolução que traria desordem e violência, os Estados Unidos poderia ver nele uma influência desestabilizadora de alto risco e uma extensão da influência soviética (GUZMÁN, 2004).

Em um memorando remetido por Henry Kissinger ao presidente Richard Nixon se diz que:

O exemplo exitoso de um governo marxista democraticamente eleito no Chile sem dúvida teria impacto sobre – e um valor precedente para – outras partes do mundo, especialmente a Itália; a capacidade de propagação por imitação de fenômenos similares em outras regiões, por sua vez, afetaria significativamente o equilíbrio mundial e nossa posição nele (SANTONI, 2014).

Como era aquela época a qual se refere Korry, aquela em que “as condições sociais eram favoráveis a uma revolução” na América Latina? Retrocedamos um pouco para fazer uma breve retomada das linhas mestras daquele período convulsivo (ALCÀZAR; BETTANCOURT, 2015).

Kennedy desenvolveu uma política exterior que mesclava os velhos e novos parâmetros da diplomacia de Washington, o que se tornou explícito com a aprovação de uma iniciativa de amparo à tentativa de invasão da Praia Girón: a Aliança para o Progresso. Consistia em um plano para que em uma década se implementasse na América Latina uma política que produzisse na região algo parecido ao que o Plano Marshall havia provocado na Europa Ocidental do pós-guerra. Os Estados Unidos decidiram realizar a alocação de um bilhão de dólares, um dinheiro que deveria gerar uma dinâmica de revolução pacífica em escala continental (NEVINS *et al.*, 1994). Longe do previsto e desejado, quando John F. Kennedy morreu assassinado em 1963, os resultados tangíveis da iniciativa eram francamente decepcionantes.

No terreno militar, concretamente o da contrainsurgência, os estadunidenses funcionaram muito melhor. Haviam liderado guerras pouco ou nada convencionais desde o final do século XIX, nas Filipinas, ou na década de trinta do século XX, na Nicarágua. Posteriormente, após o fim da II Guerra Mundial, durante a presidência de Truman, praticaram uma estratégia bastante rudimentar que, não obstante, seria efetiva contra as guerrilhas comunistas na Grécia.

Mais adiante, a Central de Inteligência Americana, a CIA, desenvolveu de forma crescente atividades paramilitares tanto no sudeste asiático quanto no Oriente Próximo, como na Europa e na América Latina. A Coreia, por exemplo, foi uma experiência de guerra convencional na era nuclear. Além disso, constituiu a primeira evidência de que a opinião pública dos Estados Unidos não estava disposta a aceitar largas e dispendiosas campanhas militares em lugares remotos, especialmente quando estas ceifavam vidas de jovens americanos que morriam tão longe de casa (ALCÀZAR *et al.*, 2003).

Em uma fase posterior, os políticos norte-americanos se contentaram em explicar aos seus cidadãos que as chamadas guerras de libertação nacional nos países que eram ou haviam sido colônias não eram senão problemas

gerados pela espionagem soviética, sem outro objetivo além de fazer contrapeso a superioridade americana em armas nucleares. O passo seguinte consistiu em variar o enfoque convencional: da guerra de tipo tradicional ou do conflito nuclear se passou a outro definido por formas de combate não convencionais.

Com as vitórias da FLN na Argélia ou a derrota francesa na Indochina; com a vitória de Mao e de Fidel Castro; a evolução da situação do Vietnã e a proliferação das guerrilhas na América Latina, os responsáveis pela CIA, do Pentágono e do Departamento de Estado concluíram que as previsões de um futuro francamente negativo exigiam mudanças significativas em sua política anticomunista. Daqui viria a ordem presidencial de se criar um grupo especial contrainsurgente com distintas funções e objetivos. Partiu-se da convicção de que a insurgência subversiva era a nova forma de confrontação Leste-Oeste, uma modalidade de enfrentamento político e militar tão relevante como qualquer experiência de guerra convencional. Era, pois, necessário assegurar que isso fosse entendido – e que se atuasse em consequência – pelos militares, pelos aparatos de inteligência e, em geral, pelos organismos federais que funcionavam fora das fronteiras dos Estados Unidos. Havia que se desenvolver programas interdepartamentais que

pudesse prever e, se fosse o caso, neutralizar qualquer ameaça subversiva, direta ou indireta, para seu país.

Assim, uma nova etapa teve início, a de uma potente atividade contrainsurgente em dois cenários possíveis. No primeiro, os Estados Unidos estavam firmemente decididos a apoiar os governos amigos que tivessem que fazer frente as insurgências guerrilheiras em seu território. Para isso, implementaram programas de incremento das habilidades militares e policiais mediante assessoria e treinamentos especializados; ao mesmo tempo se se reforçavam as organizações políticas e sindicais não comunistas e, em paralelo, os governos amigos eram pressionados a introduzir reformas sociais e políticas que reduzissem o campo de ação dos opositores. No segundo cenário, como demonstrado na Nicarágua, se atuava em sentido inverso: trava-se de hostilizar até a queda os governos adversos mediante insurgências internas desestabilizadoras (ALCÁZAR *et al.*, 2003).

Em todo caso, não se descartava o envio de tropas norte-americanas para lugares com altos níveis de insurgência ou, mais ainda, naqueles territórios em que se acreditava que havia perigo dos comunistas alcançarem o poder. Os programas de ajuda militar redobram sua importância e se insistiu em torná-los os mais profissionais

possíveis. No diz que diz respeito a América Latina, pesou muito a ênfase em que os militares compreendessem que sua maior preocupação deveria ser a segurança interna, enfrentando as possíveis insurgências, e não a defesa externa.

Os militares latino-americanos deveriam assumir que os golpes de Estado que periodicamente protagonizavam, para depois de um certo tempo devolver o poder aos civis, era um erro. Eram eles que deveriam assumir de forma indefinida das principais funções da administração civil. No conhecido Informe Rockefeller, de 1969, reconhecia-se explicitamente a validade das ditaduras militares temporárias como elemento da segurança continental.

O trauma da opinião pública estadunidense ante o ocorrido no Vietnã, junto a considerável debilidade política de James Carter frente às ameaças comunistas e o ocorrido no Irã, foram as raízes das mudanças que se produziram na década de oitenta durante a presidência de Ronald Reagan; mudanças que cristalizaram uma nova forma de intervencionismo político e militar dos Estados Unidos: a chamada guerra de baixa intensidade.

Na década de setenta, como se disse, Cuba se instalou na órbita soviética para a perplexidade dos analistas e dos políticos estadunidenses. O planeta se converteu em um

tabuleiro de xadrez e tanto o rei negro quanto o rei branco acreditavam que seus piões estavam seguros e protegidos. Por isso, o rápido movimento do pião cubano resultou tão desconcertante como ameaçador. A reação de Washington foi lenta, ainda que se tenha que reconhecer que muito provavelmente até os soviéticos se viram surpreendidos pela audácia de Fidel Castro. Em todo caso, Moscou respondeu com maior eficácia às necessidades cubanas e isso mesmo antes de 1961 quando a URSS criaria o Instituto Latino-americano como seção da Academia de Ciências, um centro de investigação que demoraria quase uma década para começar a publicar estudos sobre a América Latina (VARAS, 1993).

Por outro lado, ainda que Washington dissesse ver a mão moscovita em cada acontecimento rebelde que ocorria ou cada processo insurgente que se iniciava ao sul de sua fronteira meridional, os soviéticos estavam em outra lógica, desde ao menos a época de Brejnev, na metade dos anos sessenta. Sua preocupação central era a denominada coexistência pacífica com os norte-americanos. O Partido Comunista soviético havia estabelecido em seu XXIII congresso de 1966 que a URSS era “partidária consequente da manutenção de relações normais e pacíficas com os países capitalistas” (VARAS, 1991).

Outra coisa era o que os cubanos pensavam e não foram poucas as ocasiões em que os soviéticos tiveram problemas para controlar o que consideravam excessos dos castristas em sua vocação de fomentar as insurgências continentais. Moscou rechaçava qualquer iniciativa de final duvidoso que distraísse sua atenção e prejudicasse seu objetivo central de priorizar seu desenvolvimento econômico, sempre dependente em excesso de seu volumoso orçamento militar.

A *Conferencia Tricontinental* de janeiro de 1966 e a *Conferencia de la Organización Latinoamericana de Solidaridad* (OLAS) de 1967, ambas reunidas em Havana, foram concluídas com um apoio explícito às guerrilhas revolucionárias continentais, o que irritou sobremaneira aos soviéticos uma vez que punha em questão suas mensagens de distensão enviadas a Washington.

A URSS forneceu a Cuba doutrina e petróleo e foi a recepção dessa mercadoria que anulou qualquer intenção crítica de Castro à entrada das tropas do Pacto de Varsóvia na Checoslováquia para abortar a Primavera de Praga: “Aceitamos a amarga necessidade que exigia o envio de tropas a Checoslováquia”, dirá o Comandante em agosto de 1968 (CASTAÑEDA, 1993). A doutrina soviética de cessar qualquer apoio às insurgências e de promover a unidade de

ação das forças de esquerda não foi, todavia, atendida pelos cubanos e, com exceção do Che Guevara, abandonado a sua própria sorte na Bolívia, o apoio mais ou menos efetivo às insurgências latino-americanas se manteve até quando Havana pode conseguiu.

Os soviéticos foram coerentes com suas próprias diretrizes e validaram experiências como a do general peruano Velasco Alvarado, considerando-a como uma alternativa à via foquista. A vitória de Salvador Allende no Chile, à frente da coalização da Unidade Popular, em 1970, foi vivida em Moscou como uma clara expressão do que o PCUS considerava correto para a América Latina. O terrível e dramático final da experiência chilena em setembro de 1973, precisamente por isso, terá efeitos importantes na política moscovita para a região (ULIANOVA, 2000).

A morte de Allende durante o golpe militar comandado por Augusto Pinochet gerou uma crise na estratégia soviética ao ponto de rompimento da globalidade que definiu historicamente sua postura em torno da América Latina. Durante o restante da década de setenta, ademais, o triunfo da FSLN na Nicarágua e a guerra total em El Salvador, precisamente dois processos em que os comunistas desses países eram simplesmente marginais, foram um golpe duro

na política de Moscou. A globalidade e a simetria tradicional se tornaram heterogeneidade e contradição.

### **3 50 ANOS DEPOIS DAQUELA VITÓRIA**

Acreditamos que é preciso abrir muito a lente para enfrentar a avaliação do que foi o processo chileno daqueles primeiros anos setenta. Entendemos que uma das linhas de análise deve passar, necessariamente, pela integração da *via chilena ao socialismo* a um marco internacional amplo. Isso nos permitirá compreender melhor aquele extraordinário processo.

Meio século depois do início daquele desafio político e social que conectou o Chile com os sonhos das esquerdas políticas do mundo, acreditamos que podemos fazer duas coisas: aprofundar o conhecimento do processo insistindo em algumas perguntas importantes e, em segundo lugar, desenhar um mapa dos efeitos que aquela experiência gerou durante esses 50 anos, especialmente entre aqueles que sentem a esquerda política como sua terra natal, para dizê-lo à maneira de Burguière (2017).

O cenário que se abria a Salvador Allende e ao governo da Unidade Popular era de extrema dificuldade: o planeta estava dividido em dois pela Guerra Fria entre as

superpotências, algo que era particularmente explícito na América Latina. O líder chileno somente havia conseguido o voto de pouco mais de um terço do eleitorado e teve de fazer frente a potentes ataques dentro e fora do país. Como se fosse pouco, o presidente Allende enfrentou desde muito cedo importantes desavenças, tanto táticas como estratégicas, entre os próprios partidos que formavam a Unidade Popular.

Allende afirmava, sem qualquer dissimulação, que seu objetivo era que o Chile alcançasse o ponto em que se encontrava Cuba, que o país andino chegaria a estabelecer um regime socialista à imagem e semelhança do que comandava Fidel Castro. Advertia que o destino da viagem era o mesmo, ainda que a rota fosse distinta. É preciso agregar que, por razões completamente diferentes, nem seus opositores nem boa parte de seus aliados acreditavam nesse discurso, o que redundou em uma polarização política que foi crescendo cada vez mais.

Fora do Chile, dos Estados Unidos ao Vaticano, se fez o possível e o impossível para fazer naufragar o projeto de Allende e sua Unidade Popular. Especialmente, depois da longa e surpreendente visita que fez Fidel Castro ao Chile, em novembro de 1971.

É nesse cenário que nos fazemos um par de perguntas que consideramos relevantes. Por que Allende adotou uma opção revolucionária que desafiava a ordem internacional posterior a Yalta e o fez sem apoio efetivo exterior algum, com a oposição de dois terços do eleitorado e com uma evidente fratura interna entre seus partidários? Após o êxito dos *Rangers* bolivianos, que acabaram com o mítico Che apenas com um batalhão de homens; depois de que o próprio Allende interveio para conseguir resgatar aos três sobreviventes da coluna de Guevara que não haviam sido eliminados; depois do ocorrido na Guatemala, na República Dominicana, na Praia Girón ou na Crise dos Mísseis, que respostas se poderia esperar da administração Nixon?

Creio que devemos recorrer a vigência de uma concepção de democracia completamente instrumental, própria daquela época e distante da atual. Conquistou-se a vitória em eleições limpas, ainda que apertadas, o que “havia dado o governo ao povo”, o que fez com que, a partir desse momento, a democracia burguesa começasse a cair e autêntica democracia popular começasse a funcionar.

De fato, a esquerda política concebeu a rota chilena muito mais como um elemento de retórica, como um slogan mobilizador do que como uma aplicação do caminho democrático para o socialismo. A cultura política

convencional da esquerda da época, não somente a chilena, não permitia pensar que a democracia era ou poderia ser “o caminho” do socialismo (AGGIO, 2021). A posição majoritária da esquerda política oscilava em torno da oposição entre a democracia “formal” e democracia “real”, como uma das contradições essenciais entre capitalismo e democracia. A adoção de formas democráticas de governo somente poderia ser um objetivo tático para a classe trabalhadora, necessário para facilitar a formação de um movimento revolucionário que não era senão um estágio a ser superado na marcha para o socialismo (BARROS, 1987).

Fidel Castro havia exposto sua posição muito claramente na visita de 1971 ao Chile:

Em nosso país as decisões fundamentais não se discutem em um Parlamento. Não! Discutem-se nos centros de trabalho, discutem-se nas organizações de massas [aplausos] [...] Já em nosso país qualquer lei importante que tem a ver com os interesses fundamentais do povo são discutidas por milhões de pessoas [...] Digam-me agora que o parlamentarismo burguês é mais democrático que isso, digam-me [aplausos] [...] O povo não necessita que o representem, porque o povo representa a si mesmo [aplausos]. O povo não necessita que tomem decisões por ele. O povo toma as decisões por si mesmo. (FIDEL EM CHILE, 1972)

A democracia, essa democracia de que falava Fidel Castro era coisa do povo; e quem não era ou não queria ser “povo” ... não cabia na democracia? Qual lugar lhe restava no

novo cenário político? A resposta do líder cubano é conhecida: quem não estava com “a revolução” era fascista e deveria ser neutralizado. Código binário.

Salvador Allende não via nenhuma contradição entre sua defesa cerrada da democracia e o sistema cubano que propunha como modelo a seguir. Dizia que era possível chegar ao socialismo sem necessidade da violência armada, mediante um processo cabalmente democrático que se substanciava nas urnas:

Nós vamos fazer uma democracia autêntica, o povo vai participar e não uma minoria como tem sido até agora. Agora, quando um povo tem consciência das metas que deve alcançar é capaz de sacrifícios [...] O povo vai responder, esse é o grande aval que tenho eu: a integridade, o patriotismo e a moral do povo chileno (OLIVARES, 1971).

É o próprio Salvador Allende quem, ao falar de “democracia autêntica”, confirma a linha que separa a democracia real, que propunha, da democracia formal, também denominada burguesa ou parlamentar. Com essa convicção morreu. Poucas semanas antes do golpe militar de Pinochet, em agosto de 1973, em um de seus últimos discursos, Allende insistia nessa ideia:

Com tranquilidade de consciência e medindo minhas responsabilidades frente às gerações presentes e futuras, sustento que nunca houve no

Chile um governo mais democrático do que o que me honro em presidir, que tenha feito mais pela defesa da independência econômica e política do país, pela libertação social dos trabalhadores (ALCÁZAR; RODRIGO, 2013).

Tampouco a direita era particularmente firme em sua concepção da democracia. Tinha também uma visão instrumental dessa forma de organizar a vida política. Não se podia questionar as vigas mestras do modelo de sociedade com o qual se identificava: nem os grandes valores morais e religiosos; nem a concepção de autêntico patriotismo, nem, sob nenhum conceito, a propriedade privada. Se essa arquitetura era ameaçada, o recurso a força era a resposta imediata. O ateísmo, o materialismo e a socialização da propriedade deveriam ser combatidos de todo modo.

Em 11 de setembro de 1973, o exército – com o apoio da direita – saiu às ruas e a força aérea bombardeou sem piedade o Palácio de La Moneda, sede da presidência. Uma Junta de Governo Militar tomou o poder, com Pinochet como presidente, e desatou uma cruenta e cruel repressão contra os partidários de Allende e da Unidade Popular. Instaurou-se no Chile uma das chamadas ditaduras de Segurança Nacional, como outras na América Latina. Todas elas partiam da convicção de que a existência de um inimigo interior (“os comunistas”, uma etiqueta que se utilizava sem nenhuma preocupação com a precisão analítica), um inimigo tão

perigoso como tortuoso, sem bandeira nem uniforme identificados, que se deveria combater; que era necessário detectar e neutralizar a qualquer preço.

#### **4 O REFLEXO INTERNACIONAL DA DERROTA DE ALLENDE E DA UNIDADE POPULAR**

Pelas ações da esquerda, não somente Allende subscrevia àquela concepção de democracia autêntica e popular. Era, como se disse, uma visão compartilhada na esquerda política internacional do século XX.

Um pequeno exemplo. Na Espanha, o impacto das notícias do Chile foi tremendo. O número 573 da revista *Triunfo*, que saiu às ruas em 22 de setembro, onze dias depois do golpe, apresentava uma angustiante manchete negra com cinco grandes letras brancas: CHILE. O exemplar continha, entre outros, um artigo de Eduardo Haro Tecglen (curiosamente intitulado “*Fascismo en Chile*”, em sintonia com as teses binárias de Fidel Castro), amargo e triste, tecia uma sutil crítica a Salvador Allende, afirmando que o erro do presidente chileno havia sido manter, contra toda lógica, um inexplicável apego a legalidade burguesa. Segundo Haro Tecglen, a legalidade não era senão o conjunto de normas estabelecidas pela classe dominante para impedir

transformações estruturais e se perpetuar no poder, de modo que quando se produz uma mudança na classe dominante também deveria se produzir uma mudança na legalidade. Allende deveria ter utilizado, segundo o periodista, “a legalidade de mudar a legalidade”, sintonizando-se assim como seu próprio partido e, especialmente, com as teses de seu correligionário Altamirano. O artigo finalizava insinuando que, talvez, o fracasso do doutor Allende estava implícito em sua própria concepção (ALCÁZAR, 2009).

O que ocorreu no Chile, o processo em si mesmo e seu dramático e sangrento final, teve consequências políticas em âmbito internacional, particularmente no que diz respeito a esquerda política e partidária. As análises que se fizeram pelos que apontaram o fracasso ou a derrota da Unidade Popular foram variadas. A análise mais simples e acrítica foi a que se emitiu em Cuba. A mais profunda e inovadora foi a dos comunistas italianos.

A leitura cubana foi oficializada por Fidel Castro no ato de 28 de setembro na praça da Revolução diante da viúva e das filhas de Allende. Castro já havia sentenciado, em 1967, na reunião da *Organización Latinoamericana de Solidaridad* (OLAS), celebrada em Havana, que mentiam os que afirmavam que a revolução poderia ser feita pela via pacífica. Uma acusação que devemos entender como uma

repreensão à totalidade das teses centrais da via chilena ao socialismo de Allende e da UP.

Seis anos depois do encontro da OLAS, naquela homenagem, Castro apresentou sua narração cinematográfica da morte de Allende. O que o Comandante disse foi que Allende havia se redimido em suas últimas horas com a metralhadora nas mãos. Que finalmente havia saído de seu erro de acreditar que era possível alcançar o socialismo sem a luta armada, contrariamente ao cânone que Castro estabeleceu desde os anos setenta; e havia se redimido de seu imenso erro com a heroica defesa de La Moneda, durante a terrível jornada de 11 de setembro de 1973.

O alcance e a violência do golpe militar chileno foi para a União Soviética uma surpresa de grandes dimensões que não somente obrigou ao Kremlin uma reflexão estratégica sobre as lutas de libertação da América Latina, mas que provocou grandes embates com aqueles que rapidamente seria chamados de eurocomunistas assim como com os maoístas, com os cubanos e, em geral, com seus amigos e simpatizantes de todo o chamado Terceiro Mundo.

Naquela que pode ser considerada a primeira reação soviética, o *Pravda* publicou, em 14 de setembro, que o golpe foi obra dos círculos reacionários do Chile e de forças estrangeiras imperialistas (sem identificá-las). A URSS

rompeu relações diplomáticas com o governo militar, se esforçou em manter relações formais com o Partido Comunista Chileno (PCCh), o Partido Socialista do Chile (PSCh) e o Movimento de Ação Popular Unitária (MAPU) e, além disso, junto com seus aliados europeus e com Cuba, receberam milhares de exilados chilenos.

O problema mais pontiagudo para Moscou, contudo, foi de concepção, o que fez com que se abrisse na esquerda de orientação comunista um debate de grandes proporções. O PCUS deveria, para não defraudar seus partidários espalhados pelo mundo, encontrar um espaço próprio como apoiador de um avanço pacífico empreendido pelas frentes do Terceiro Mundo, diante a posição favorável a luta armada dos cubanos e da crítica dos comunistas chineses ao burocratismo soviético em geral e, nesse caso, ao parlamentarismo de Allende.

Foi apenas em 1974 que os analistas soviéticos adotaram uma posição nitidamente perfilada. A conclusão a que chegaram afirmava que o fracasso de Allende não negava a validade da via pacífica ao socialismo. Para Boris Ponomarev, responsável pelo posicionamento soviético, os fatos do Chile – primeiro exemplo de “desenvolvimento revolucionário pacífico” – eram muito interessantes “para o marxismo-leninismo a partir da perspectiva do

aperfeiçoamento da estratégia e das táticas revolucionárias” (TURRENT, 1984). A experiência chilena havia demonstrado – segundo o analista soviético – que um bloco de esquerdas liderado pela classe trabalhadora e com uma orientação marxista-leninista poderia chegar ao poder em um país capitalista sem violentar o ordenamento constitucional. Contudo, o questionamento do PCUS se dava em torno do conceito de “via pacífica” aplicado por Allende. Os analistas soviéticos concluíram que era imperativo preparar táticas ofensivas dentro do caminho pacífico, de forma que, se fosse necessário, recorrer-se-ia à violência para defender avanços revolucionários (TURRENT, 1984). Pela situação do Chile após o golpe militar, tanto os soviéticos como outros dirigentes dos países do bloco oriental não duvidaram em classificá-lo como fascista:

Nas múltiplas reuniões mantidas pelos dirigentes do Partido Comunista do Chile o conceito central para se referir a situação chilena era o de “fascismo”. O conceito é usado por Ponomariov, Honecker e Zhivkov. Os chilenos agradecem o discurso de Brejnev em Sofia, em setembro de 1973, quando pela primeira vez se dá essa caracterização ao golpe chileno (ULIANOVA, 2014).

No que diz respeito aos comunistas italianos, o processo chileno foi analisado por seu secretário geral, Enrico Berlinguer, em vários artigos que apareceram na revista

ideológica oficial do Partido Comunista Italiano (PCI), *Rinascita*, sob um título genérico: “Reflexões sobre a Itália após os acontecimentos do Chile”. Destes textos nasceram duas linhas de trabalho político que mudaram a realidade da esquerda partidária europeia: o *Compromesso Storico*, no qual se defendia o estreitamento das relações entre o PCI e a Democracia Cristã, e o que pouco depois se chamaria de eurocomunismo.

As duas propostas partiam de uma nova interpretação do conceito de democracia, inovadora para a esquerda política em geral e para a europeia em particular. Uma esquerda partidária que sempre havia desconfiado daquela etiqueta política a que sempre adjetivava com intenção pejorativa: parlamentarista, liberal, burguesa etc.

A leitura que os comunistas italianos fizeram do processo chileno que havia desembocado no golpe da Junta Militar encabeçada por Pinochet, transmitida através da imprensa partidária e dos numerosos atos de apoio aos exilados chilenos recebidos na Itália, enfatizava os erros que haviam conduzido ao golpe e as prioridades da luta contra a Junta Militar. O eixo vertebral do discurso do PCI foi sempre, de maneira praticamente exclusiva, a defesa firme do consenso político e partidário que consolidasse os avanços políticos e sociais promovidos pelos comunistas. O que se

conectava com as teses de Enrico Berlinguer que sustentavam o *Compromesso Storico* mediante o diálogo com a Democracia Cristã (SANTONI, 2014).

No início dos anos setenta, o objetivo perseguido era, deveria ser, fortalecer ao máximo o chamado Estado de Bem-Estar, arduamente construído na Europa Ocidental após a II Guerra Mundial, que havia estabelecido um novo cenário de progresso econômico e social para os trabalhadores e as classes populares.

Tendo em vista o processo chileno, os comunistas do PCI se convenceram da necessidade de ir além das débeis e vulneráveis maiorias parlamentares para os ampliar os consensos que fortaleceriam o edifício da institucionalidade democrática com o objetivo de, mediante o que chamaram de um “reformismo forte”, afastar as forças políticas reacionárias e autoritárias.

Estas importantes transformações se estenderam ao sul da Europa e, em 1975 o PCI e seu homólogo espanhol, o PCE, declararam conjuntamente que a construção do socialismo devia se fazer em paz e liberdade. Menos de dois anos depois, o eurocomunismo foi apresentado em Madri pelos secretários gerais dos três partidos comunistas mais importantes da Europa: o PCF de Georges Marchais, o PCE de Santiago Carrilho e o PCI de Enrico Berlinguer.

Quatro décadas e meia mais tarde, é certo que nem o *Compromesso Storico* nem o eurocomunismo responderam às expectativas que geraram, porém isso não teve nenhuma relação com o Chile. Não obstante, tanto a nova concepção de democracia como a imperiosa necessidade de que as esquerdas construam maiorias amplas de forma estratégica, são as duas consequências mais evidentes da leitura europeia daquele processo político dirigido por Salvador Allende à frente da coalização da Unidade Popular chilena.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Meio século depois da chegada de Salvador Allende ao Palácio de La Moneda, à frente da coalização da Unidade Popular, convém recordar a tensão entre reformismo e revolução que caracterizou a história recente não somente do Chile, mas da América Latina. No triênio 1970-1973, essa tensão deu lugar ao que chamo “o paradoxo de Allende”, isto é, que o mandatário chileno era um simples reformista para uma boa porção de seus eleitores e um perigoso revolucionário para todos e cada um de seus inimigos. É por isso que, no texto, se faz uma referência especial à consideração que, sobre isso, proferiu Edward Korry, embaixador de Washington em Santiago. Um depoimento – pouco trabalhado – em que o representante da

administração Nixon confirma o quanto temiam na Casa Branca e no Departamento de Estado um possível eixo Havana-Santiago que reforçasse a influência soviética na América Latina.

A chamada via chilena ao socialismo, vista do nosso presente, somente pode ser entendida, obviamente, em seu contexto, determinado pela Guerra Fria global e interamericana. Além disso, há que se ressaltar a pouca consistência efetiva do conceito de democracia daquela época; e, finalmente, a oposição entre “democracia formal” e “democracia real”, que era própria à esquerda política internacional.

Chile, “o país dos três terços” [políticos], se contagiou por um mundo que era crescentemente binário: o Leste contra Ocidente, comunistas [ou similares] contra anticomunistas de obediência estrita. O suposto constitucionalismo radical dos militares foi exaltado e até mesmo Allende se felicitava com ele. Não obstante, antes de 1973, a imensa maioria das Forças Armadas do país tinha muito claro de que lado estava no cada vez mais polarizado enfrentamento interno. O 11 de setembro simplesmente materializou sua filiação ao bloco anti-Allende e anti-Unidade Popular. E o fez com os tanques nas ruas, bombardeando

pelo ar o Palácio de La Moneda e implantando uma repressão sem misericórdia contra seus inimigos.

São explícitas, por outro lado, as diferenças das respostas da juventude latino-americana durante as décadas de sessenta e setenta em relação a sua homóloga europeia e norte-americana. Enquanto as segundas eram pacíficas e majoritariamente pacifistas, a primeira tornou-se majoritariamente armada, influenciada pelo canônico modelo cubano. No caso chileno, que havia sido a exceção até 1973, apesar da presença do *Movimento de Izquierda Revolucionária* (MIR), a aparição da *Frente Patriótico Manuel Rodríguez* (FPMN), em meados dos anos oitenta, mudou o cenário. Foi quando o PCCh decidiu que “todas as formas de luta” [inclusive as armadas] eram legítimas contra a ditadura de Pinochet. Uma prova dessa tensão entre reforma e revolução de que falamos acima e, também, da persistência do chamado “modelo cubano”.

Entretanto, das análises do que havia ocorrido no Chile a mais inovadora e de maior fôlego foi a que se realizou na Itália, nas fileiras do PCI e pelas mãos de seu secretário-geral Enrico Berlinguer. Pode-se dizer que foi então que o processo chileno mudou a perspectiva da esquerda política internacional em torno da concepção de democracia até o ponto de se tornar hegemônica atualmente.

A democracia era (é, desde então) para a esquerda europeia o sistema político ideal para avançar e consolidar o progresso econômico e social dos setores populares. Esse “reformismo forte” proposto pelo PCI era [é, desde então] a melhor política para fazer frente às forças políticas reacionárias e autoritárias. Na América Latina, não obstante, as esquerdas se digladiam, em boa medida, numa outra lógica e essa é uma linha em que o mais conveniente é seguir investigando.

Tradução: Marcus Vinícius Furtado da Silva Oliveira<sup>17</sup>

## REFERÊNCIAS

AGGIO, A. A experiência chilena de Allende, 50 anos depois. *Horizontes democráticos*, 2 de abril de 2021. Disponível em: . <https://horizontesdemocraticos.com.br/a-experiencia-chilena-de-allende-50-anos-depois/>

ALCÀZAR, J. *Yo pisaré las calles nuevamente. Chile, revolución, dictadura, democracia (1970-2006)*. Editorial Universidad Bolivariana, 2009.

---

<sup>17</sup> Professor de História na ESEBA/UFU. Pós-doutorando em História pela Universidade de Brasília. Pós-doutor em História pela Unesp - Franca, doutor (2018) e mestre (2015) em História e cultura política pela mesma instituição, além de graduado em História pela UFTM (2013). É autor dos livros "Em um rabo de foguete: trauma e cultura política em Ferreira Gullar" (2023) e "A arquitetura fractal de Antonio Gramsci: História e política nos Cadernos do Cárcere" (2020). Mantém o projeto de divulgação científica @marcusfsoliveira na rede social Instagram. Tem como principais interesses a história política, teoria política, teoria da história, história do Brasil e da América Latina.

ALCÀZAR, J. *Política y utopía. Las izquierdas en su lucha por un mundo nuevo*. Tirant lo Blanch, 2019.

ALCÀZAR, J.; BETANCOURT, I. Washington, la legitimación cubana y la paradoja de Allende. *Araucaria - Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades*, v. 17, n. 34, p. 231-251, 2015. Disponible em: <https://doi.org/10.12795/araucaria.2015.i34.11>

ALCÀZAR, J.; RODRIGO, B. (2013). Pinochet vs. Allende, imágenes para la juventud del siglo XXI. In: ALCÁZAR, J. DEL; VALENZUELA, E. (Eds.), *Chile 73. memoria, impactos y perspectivas*. Publicacions de la Universitat de València, 2013. p. 169-208.

ALCÀZAR, J.; TABANERA, N.; SANTACREU, J. M.; MARIMON, A. *Historia contemporánea de América*. Publicacions de la Universitat de València, 2003.

BARROS, R. Izquierda y democracia: debates recientes en América Latina. *Cuadernos Políticos*, v. 52, p. 65-80, 1987.

BURGUIERE, A. *La gauche va-t-elle disparaître?* Editorial Stock, 2017.

CASALS, M. *El alba de una revolución. La izquierda y el proceso de construcción estratégica de la "vía chilena al socialismo", 1956-1970*. LOM, 2010.

CASTAÑEDA, J. *La utopía desarmada*. Ariel, 1993.

COVACEVICH, A. (Dir.). *El Diálogo de América*. Chile Films; Sudamericana Films, 1973. Disponible em: <https://www.youtube.com/watch?v=VEgiSkWhyjo>

FERNANDOIS, J.. *La revolución inconclusa. La izquierda y el gobierno de la unidad popular*. CEP, 2013.

*FIDEL en Chile*. Textos completos de su diálogo con el pueblo. Empresa Editora Nacional Quimantú, 1972.

GRAMSCI, A.; TOGLIATTI, P.; BERLINGUER, E. *El compromiso histórico*. Crítica, 1978.

GUZMÁN, P. (Dir.). *Salvador Allende, vive en la memoria*. Alta Films, 2004.

HARMER, T. *El gobierno de Allende y la Guerra Fría interamericana*. Ediciones UDP, 2013.

HARMER, T.; Riquelme, A. *Chile y la guerra fría global*. RIL Editores, 2014.

KORNBLUM, P. *Pinochet y los archivos secretos*. Crítica, 2004.

NEVINS, J.; COMMAGER, H. S.; MORRIS, A. *Breve historia de los Estados Unidos*. Fondo de Cultura Económica, 1994.

OLIVARES, A. *El diálogo de América*, 1971. <https://www.youtube.com/watch?v=Wln83de9q4o>.

PONOMARIOV, B. *Algunas cuestiones del movimiento revolucionario*. Internacional Paz y Socialismo, 1975.

RIQUELME, A. *Rojo atardecer. El comunismo chileno entre dictadura y democracia*. Centro de investigaciones Diego Barros Arana. 2009.

RIQUELME, A. La Vía chilena al socialismo y las paradojas de la imaginación revolucionaria. *Araucaria - Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades*, v. 17, n. 34, p. 203-230, 2015.

SANTONI, A. El comunismo Italiano y la vía chilena. Los orígenes de un mito político. In: HARMER, T; RIQUELME, A. (Eds.), *Chile y la Guerra Fría global*, Instituto de Historia-RIL Editores, 2014. p. 133-154.

SFORZA, M. C.; NASSI, E. *El eurocomunismo. Su historia, su desarrollo, sus protagonistas*. Caralt 1978.

THE NEW York Times, Edward Korry, ex embajador de EE. UU. en Chile. *El País*, 31 de enero de 2003. Disponível em: [https://elpais.com/diario/2003/01/31/agenda/1043967608\\_850215.html](https://elpais.com/diario/2003/01/31/agenda/1043967608_850215.html)

TIMOSI, J. *Grandes alamedas. El combate del presidente Allende*. Editorial Ciencias Sociales. 1974.

TURRENT, I. *La Unión Soviética en América Latina: el caso de la Unidad Popular chilena* (1.ª ed.). El Colegio de México, 1984. <https://doi.org/10.2307/j.ctv26d8z8>

ULIANOVA, O. La Unidad Popular y el golpe militar en Chile: Percepciones y análisis soviéticos. *Estudios Públicos*, v. 79, p. 83-171., 2000.

ULIANOVA, O. La nueva inserción internacional del comunismo chileno tras el golpe militar. In: HARMER, T.; RIQUELME, A. (Eds.), *Chile y la guerra fría global*, 2014. Instituto de Historial PUC Chile-RIL Editores, p. 273-316.

VARAS, A. *De la Komintern a la perestroika: América Latina y la Unión Soviética*. FLACSO, 1991.

---

## **CAPÍTULO 8 - O TEMA DA MULHER NA VIA DEMOCRÁTICA AO SOCIALISMO DE ALLENDE**

Graziela Tavares de Souza Reis <sup>18</sup>

Vivian Grace Fernández-D'ávila Urquidi <sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> Professora Adjunta no curso de Direito da Universidade Federal do Tocantins - UFT. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina - PROLAM/USP - Universidade de São Paulo. Mestre em Direito Internacional Econômico pela UCB - Universidade Católica de Brasília. Graduada em Direito pela UEL - Universidade Estadual de Londrina. Coordena o Projeto de Extensão "Teoria e prática humanizada em direito e gênero", no curso de direito da UFT. Ministra disciplinas de graduação e de pós-graduação em Direito Internacional, Direito Civil, Direito Empresarial e Direito Agrário. Desenvolve atividades de pesquisa e extensão e seus principais trabalhos têm sido orientados na Área do Conhecimento de Direito Internacional Público e Privado e Direito e Gênero. Têm trabalhos publicados em Conferências e Periódicos. É membro do corpo editorial de periódicos e parecerista de artigos científicos em Revistas, além de participar de eventos relacionados a sua área de atuação. Advogada inscrita na OAB/TO, foi Membro Consultora da Comissão Nacional de Relações Internacionais, Corregedora e Vice-Diretora da ESA-Escola Superior de Advocacia, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Membro da Comissão da Mulher Advogada durante a gestão (2016-2018). Membro da ABDI - Academia Brasileira de Direito Internacional e da ABJD - Associação Brasileira de Juristas pela Democracia. Pesquisadora na Cátedra José Bonifácio da USP. Pesquisadora no Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais (NETI/USP). Pesquisadora no Núcleo de estudos e Diálogos Interseccionais e Epistemologias Latino-americanas (NUPEDELAS/USP) no PROLAM - USP. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9165-8024>. E-mail: [grazilareis@uft.edu.br](mailto:grazilareis@uft.edu.br)

<sup>19</sup> Possui Mestrado Interdisciplinar em América Latina, área da Cultura, Sociedade e Política (1994) e Doutorado (2001) em Sociologia, ambos pela Universidade de São Paulo (2001). Durante um ano 1998 realizou um estágio de pesquisa no Centro de Estudios Latinoamericanos da Universidad Nacional Autónoma de México. Entre 2012 e 2013, realizou um Pós-Doutorado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, sob supervisão do Prof. Dr. Boaventura de Sousa Santos. Estas pesquisas foram todas financiadas pela FAPESP. Atualmente é Professora Adjunta da Universidade de São Paulo no curso de Gestão de Políticas Públicas, áreas de Sociedade, Interculturalidade e Direitos; e nos Programas de Pós-graduação em (a) Estudos Culturais (PEC/USP) e (b) Integração da América Latina (PROLAM/USP). Ambos nas áreas de Estudos Pós-Coloniais e da Teoria Crítica sobre a Latino-Americana. Desde 2011 desenvolve uma pesquisa sobre os processos de "Descolonização nos Estados Plurinacionais" e sobre o "Pensamento crítico Latino-americano", com financiamento do CNPq e da FAPESP. Em 2016, iniciou uma nova

## INTRODUÇÃO

A reflexão que aqui se faz tem como referência dois momentos analíticos, um mais geral e outro mais específico, voltado para o tema que nos preocupa diretamente, a saber, a questão da luta das mulheres. O primeiro está baseado no livro de Alberto Aggio (2021) que examina o momento histórico em que Salvador Allende toma posse como presidente da República do Chile, em outubro de 1970, e, em 1973, vivencia no palácio de *La Moneda* o golpe militar que derruba o seu governo.

Segundo Aggio (2019), “os três anos nos quais Allende governou o Chile foram semantizados, desde o início, por meio de uma expressão identificadora: a experiência chilena”<sup>20</sup>. O segundo momento recorre a um texto de época, escrito em 1971 pela socióloga e economista brasileira Vânia Bamberra. Trata-se do artigo “*La mujer chilena em la transición al socialismo*” (Bamberra, 1971), publicado na revista chilena de esquerda *Punto Final*. O propósito desse artigo é analisar a visão de Bamberra (1971) sobre como estava

---

linha sobre o "Pensamento Crítico Brasileiro sobre a América Latina". E-mail: vuriquidi@usp.br

<sup>20</sup> Mesmo depois de selada a sua sorte, com o golpe militar, a chamada experiência chilena continuou a provocar, especialmente nos círculos de esquerda, a mesma sensação paradoxal, constituindo-se simultaneamente numa referência positiva e negativa em razão do fracasso da perspectiva que animava a chamada via chilena ao socialismo, qual seja, a ideia de que seria possível a construção do socialismo mediante a manutenção e o aprofundamento da democracia.

considerada a mulher naquela experiência chilena, com vistas ao socialismo.

Como candidato da Unidade Popular (UP), Salvador Allende, eleito presidente no Chile em 1970 com 36,4% do eleitorado, enfrentou momentos tensos entre a sua vitória e a posse. Allende governou com alguma tranquilidade no ano de 1971 e depois enfrentou tanto uma oposição dura e desleal quanto uma divisão preocupante entre as próprias forças políticas da esquerda chilena. Governou de acordo com a Constituição democrática de 1925 que seria colocada abaixo junto com seu governo no golpe militar de 11 de setembro de 1973.

Vânia Bambilra, intelectual da esquerda brasileira, exilada no Chile em função da repressão desencadeada pela ditadura militar, atuava como pesquisadora *no Centro de Estudios Socioeconómicos (CESO)* da Universidade do Chile, no exato período do governo Allende.

Selecionamos seu texto porque ele faz uma análise do papel da mulher para a construção de uma nova via democrática, alerta para a necessidade de se categorizar a mulher e suas necessidades sociais específicas, dificuldade ainda existente na América Latina como um todo. A pergunta que Bambilra se colocou ainda está pendente de uma resposta: nessa busca da via chilena para o socialismo e de

uma reestruturação político-social, estariam as mulheres sendo pensadas nas especificidades de suas necessidades sociais?

Ao longo do texto, Bambirra (1971) analisa as questões estruturais que atravessam a vida das mulheres, como o fato de serem objetos em relação ao sujeito-homem. Traz análises críticas preponderantes, como a falta de esforço por parte das organizações de esquerda que ambicionavam mudanças para uma via socialista no Chile, mas deixavam de elevar o nível de consciência do povo e de seus próprios militantes sobre a necessidade de superação das problemáticas sociais, o que demandaria esforço no longo prazo. Para Bambirra (1971), essas negligências faziam ainda mais distantes as soluções dos socialistas chilenos do processo revolucionário. Pontua que na medida em que as mulheres tomem consciência da situação de exploração a que estão submetidas e das raízes dessa exploração, seu potencial revolucionário se transformará, mais rapidamente e com mais vigor, em força revolucionária.

Nesse contexto histórico-político-social, o artigo de Vânia Bambirra de 1971 avalia um momento específico daquele processo, exatamente quando o governo avançava no seu programa de mudanças. Bambirra (1971) ocupou-se, em seu texto, de avaliar o papel das mulheres chilenas

presentes na Assembleia organizada pelo Partido Comunista, mas pensando de forma geral na sociedade chilena e considerando ainda a realidade latino-americana. Seu ponto de reflexão contava tanto com preocupações de possíveis retrocessos, quanto com a afirmação da superação da exploração das mulheres na construção da via socialista que se propunha no Chile. Considera expressamente no texto que o Chile não estava construindo o socialismo em si, mas ainda as suas bases.

### **A análise de Bambirra sobre as mulheres do Chile em 1971**

Bambirra (1971) inicia o seu texto invocando o pensamento de Lenin em trecho que destaca a necessária participação das mulheres na revolução. Para o líder da revolução bolchevique:

(...) se não incorporar as mulheres nas funções públicas, na vida militar e política, se as mulheres não forem retiradas do ambiente brutalizante da casa e da cozinha, será impossível assegurar a verdadeira liberdade, será impossível até mesmo construir a democracia, sem falar de socialismo (Lenin, *s/d., s/p., apud* Bambirra, 1971, p.2) <sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> Tradução livre. O trecho citado por Bambirra (1971) é da obra: LENIN, Vladimir. *Cartas desde lejos*. In: LENIN, Vladimir. *Obras Completas*. São Paulo: Editorial Cartago, s./d. Tomo XXIV.

O artigo de Bambirra (1971) toma como referência a cobertura jornalística realizada pelo jornal *El Siglo*, órgão oficial do Partido Comunista do Chile (PCCh) que, em seu editorial de 03 de junho de 1971, outorgou à Assembleia Nacional das mulheres comunistas, ocorrida em maio de 1971, uma grande importância. Além deste editorial, *El Siglo* também transcreveu o discurso de Mireya Baltra<sup>22</sup>, sindicalista que fez parte do governo da UP, endossando-o e resumindo os pontos centrais da Assembleia.

Um dos pontos que Bambirra (1971) critica no tratamento dado por *El Siglo* é que as mulheres foram categorizadas como povo, de forma genérica, quando deveriam ter sido destacadas enquanto categoria social própria, elencando os problemas específicos das mulheres. A intelectual brasileira manifesta que caberia às mulheres uma responsabilidade compartilhada com os homens para levar adiante o processo revolucionário. Afirma que estava de acordo com as posições da Assembleia Comunista, sobretudo considerando o momento histórico. Todavia, entende que tais posicionamentos não teriam sido suficientes. Ou seja, aplaude a iniciativa da Assembleia das

---

<sup>22</sup> Mireya Baltra Moreno é socióloga, repórter e dirigente do Partido Comunista do Chile (PPCh). Foi Ministra do Trabalho e Previdência Social durante o governo de Salvador Allende. Disponível em: [https://es.wikipedia.org/wiki/Mireya\\_Baltra](https://es.wikipedia.org/wiki/Mireya_Baltra). Acesso em: 10 jul. 2021.

mulheres comunistas, mas sugere, à época, que tivessem sido incluídas, de forma clara, definida e concreta, as problemáticas cruciais que enfrentavam as mulheres chilenas, em especial, as operárias, camponesas e da pequena burguesia, enquanto categoria social específica, abrindo o debate a partir e na intenção do seu artigo.

Bambirra (1971) evidencia pontos fundamentais acerca dos direitos das mulheres naquela conjuntura, questionando se:

Não teriam as mulheres chilenas, na etapa atual do processo de mudanças sociais outros problemas específicos e relevantes, além daqueles que foram levantados por esta assembleia, que mereçam ser tratados por seus setores de vanguarda? Se não é assim, qual o sentido de se fazer uma assembleia dedicada às mulheres, em especial? Em outras palavras, realizar uma reunião desse tipo, não reflete de direito, que as mulheres representam, enquanto tais, um setor social? Se a resposta é afirmativa, porque não a assembleia de mulheres comunistas, ou em geral a esquerda chilena, tem tratado tão pouco ou nada, pelo menos em nível preliminar e exploratório, os problemas específicos que a mulheres terão que enfrentar e resolver na nova sociedade que pretende resolver? Ou esses problemas seriam secundários? (Bambirra, 1971, p. 2).<sup>23</sup>

Bambirra (1971) responde a essas perguntas no texto, antes definindo quais são esses problemas. O principal

---

<sup>23</sup> Tradução livre.

problema ao qual se refere é a situação opressiva contra a mulher, que denomina a “base objetiva de sua exploração”, cujas origens, defende, estão ligadas ao nascimento da sociedade de classes. Escreve que só a partir dos anos 60, nos países de capitalismo desenvolvido especialmente, a luta das mulheres toma um conteúdo novo, para além de novas conquistas sociais, que se orienta ao questionamento das bases econômico-sociais de dominação em que se assentam a situação de exploração da mulher e a dominação capitalista sobre as suas produções.

É interessante a incorporação de Margaret Benston (1969) aos argumentos de Bambirra. Cita Bambirra (1971), que, pensando a necessidade da liberação da mulher, Benston (1969), em estudo de economia política, sistematizou uma análise marxista sobre as bases econômicas em torno das quais se assenta a exploração da mulher na sociedade capitalista, para quem “*el status de la mujer es claramente inferior al del hombre*” (Benston, 1969, *apud* Bambirra, 1971, p. 3).

Afirma essa desigualdade tanto para as mulheres da classe média como para as mulheres operárias. A justificativa trazida por Bambirra (1971), com base na análise de Benston (1969), se fundamenta no fato das produções femininas não serem valoradas no mercado, onde a maior

parte das produções domésticas ou caseiras, tanto para o capitalismo, como para as sociedades socialistas existentes, são produções que se mantêm em estado pré-mercantil. As produções femininas nesses contextos não são consideradas produções mercantis, estando a margem do mercado e do comércio.

Avalia a condição de mulher-objeto, partindo para a análise de 'tipos de mulheres'. Conclui que a pouca participação da mulher nos espaços políticos, no movimento estudantil, nas profissões mais conceituadas, não seria um problema específico do Chile, mas sim, a condição de "mulher-objeto" que foi impelida às mulheres em geral (Bambirra, 1971).

Conclui que somente enfrentando-se as razões de classe e gênero, que explicam a dominação das mulheres, a luta das mulheres adquiriria um caráter amplo de luta pela liberdade, com a tendência a se convergir e unificar-se com outras lutas, como as dos negros americanos, na intenção de adesão de amplos setores sociais. Tanto que propõe ao final a construção de relações comunitárias, diminuindo as travas individuais e pessoais. Defende, para além da consciência revolucionária, ser necessária a compreensão das manifestações de controle e poder econômico e político, organizado em suas estruturas institucionais e ideológicas.

Sinaliza que esses mecanismos de dominação encontram formas de organização e expressão na própria sociedade, em todos os níveis, na própria forma de organização familiar (Bambirra, 1971). Cita Lenin novamente para destacar que:

[...] as pequenas tarefas domésticas, que transformam a mulher em cozinheira e em babá e desperdiçam sua atividade em um trabalho absurdamente improdutivo, mesquinho, enervante, brutalizante e fatigante, a mulher continua sendo uma escrava doméstica (Bambirra, 1971, p. 6)<sup>24</sup>.

Finaliza que a mulher independente é aquela que com ou sem família, não está subjugada a condição de “dona de casa” e tem independência econômica, mas pondera que o capitalismo chileno, por exemplo, tem equilibrado orçamento da família de classe média, compensando o salário feminino com a estreiteza do salário masculino (Bambirra, 1971).

Bambirra (1971) também observa que apesar de algumas mulheres terem algum destaque no governo Allende, elas dificilmente ocuparam cargos políticos de maior responsabilidade ou mesmo na direção dos partidos. Chamou atenção para a diminuta presença de mulheres entre as profissões mais conceituadas bem como a ínfima

---

<sup>24</sup> Tradução livre.

presença feminina na liderança do movimento estudantil, dentre outros, nos quais o papel da mulher era visto apenas como um “adorno”.

Assevera que apesar das mulheres chilenas de classe média terem uma condição de privilégio em relação a outras mulheres na América Latina, observando até um certo matriarcado, e vivenciarem um processo de transição ao socialismo, ainda havia uma condição de desigualdade e os problemas específicos das mulheres mereciam que elas fossem pensadas enquanto categoria social específica, ou seja, entendia que os problemas específicos das mulheres chilenas deveriam ser levantados e analisados para encaminhar propostas de solução dentro da viabilidade e das condições de mudanças no país. Pondera, todavia, que esses não estavam sendo o objeto de reflexão da esquerda revolucionária chilena à época. Em análise comparativa, via em Cuba, como exceção na América Latina, uma situação mais vantajosa às mulheres do que no Chile, indicando que as normas jurídico-institucionais reservavam às mulheres uma posição de objeto na sociedade, cujos sujeitos são os homens (Bambirra, 1971).

Assinala que nos países dependentes e no Chile em particular, onde a luta de classes não havia sido superada, não teria sentido a organização de movimentos sociais

específicos apartados do contexto geral da luta das classes oprimidas. Reconhecia, porém, a condição de objeto da mulher em todos os níveis sociais chilenos, de forma hierarquizada, de forma mais ou menos acentuada, mas, presente em todos os “tipos de mulher”, o que em tradução livre, classificou como desde as prostitutas, à semi-prostituta, a dona de casa, até a mulher independente (Bambirra, 1971).

Aplauda iniciativas como as de “*Centros de Madres*” e creches que reduziam a carga doméstica sobre a mulher e lembra que no Chile, em termos comparativos com outros países do continente sul-americano, haveria um sistema mais amplo que garantia o exercício de profissões que outorgavam independência econômica e política perante o núcleo familiar às mulheres chilenas e, por conseguinte, poderiam elas participar de núcleos sociais mais abrangentes, como centros de trabalho, sindicatos e núcleos político-partidários. Deu ênfase que essa era a preocupação das mulheres do Partido Comunista Chileno (Bambirra, 1971).

Dentre tantas análises importantes, propõe a formação de um “*un hombre nuevo en una sociedad nueva*”, a partir da proposta de Che Guevara, que consistiria na libertação das pessoas de suas limitações mais profundas, materiais e morais, que são postas pelo caráter de dominação e opressão do capitalismo.

Conclui que no Chile não teria havido uma verdadeira revolução social, mas apenas um processo de mudanças a partir da legalidade burguesa, o que denotaria a tendência de permanência de instituições e valores burgueses reacionários que somente seriam contestados se passassem a ser objeto de preocupação e foco de atuação dos setores mais revolucionários, que deveriam conscientizar o povo e os seus próprios militantes sobre a necessidade de superação dos problemas sociais, dentre eles a condição de objeto da mulher.

## **O Chile agora**

Na atualidade, o Chile, sob o forte impacto do *estallido social* (Castro, 2020), avançou para um processo constituinte, anseio dos movimentos indígenas, estudantis, movimento feminista e das mulheres, que já alcançou uma Assembleia Constituinte com paridade de gênero. Percebe-se aqui, claramente, o movimento de mulheres, sobretudo, mulheres feministas, provocando mudanças políticas, jurídicas e institucionais com vistas à equidade.

Por isso, afirmamos que o texto de Bambirra (1971) e o diálogo que propõe é extremamente atual.

Todas as contradições se revelaram em um momento em que se pretendia mudanças sociais progressistas, na busca de uma via democrática ao socialismo na proposta de Allende, em uma realidade que, contudo, não trazia a proposta de transformações nas relações de produção em sintonia com as transformações das relações sociais gerais. A condição da mulher de objeto nessas relações ainda é, atualmente, pauta de discussão no Chile e na América Latina como um todo, e pelas críticas que trouxe Bambirra (1971), o Chile naquele momento tinha um processo de mudanças partindo da legalidade burguesa, com a tendência de permanência de instituições e valores reacionários, que eram reproduzidos, em parte, pelos setores mais revolucionários. Não estava sendo considerada naquele momento de construção de uma nova sociedade a condição de objeto da mulher.

## REFERÊNCIAS

AGGIO, Alberto. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*. 3. ed. Curitiba: Appris, 2021.

AGGIO, Alberto. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*. 3. ed. Curitiba: Appris, 2021.

AGGIO, Alberto. *Um lugar no mundo: estudos de história política latino-americana*. 2. ed. Brasília: FAP/Fondazione Gramsci, 2019. p. 103-120 (Foi publicado originalmente em

FICO, C.; FERREIRA, M. M; QUADRAT, S. (org.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 77-93.

BAMBIRRA, Vânia. La mujer chilena en la transacion al socialismo. *Punto final*, Santiago, Chile, n. 133, p. 1-8, 22 jun. 1971. Disponível em: [https://www.ufrgs.br/Vâniabambirra/wp-content/uploads/2019/06/mujer\\_01.pdf](https://www.ufrgs.br/Vâniabambirra/wp-content/uploads/2019/06/mujer_01.pdf) Acesso em: 05 jul. 2021.

BENSTON, Margaret. Economia Política para la Liberación de la mujer. *Monthly Review*, Santiago, Chile, n. 67, 1969.

CASTRO, Karella Cerda. Estallido Social e Historia de las Mujeres: construcción de genealogía política feminista en Chile Social. *Aletheia*, v. 10, n. 20, p. 1-11, jun./nov. 2020. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/112099/.pdf-PDFA.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 11 jul. 2021

## **SOBRE OS ORGANIZADORES**

### **Alberto Aggio**

Cursou graduação em História na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas - USP (1982), fez mestrado em História Social na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas - USP (1990) e doutorado também em História Social na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas - USP (1996). Tornou-se Professor Livre-Docente em História da América em 1999 e desde 2009 é Professor Titular da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus de Franca. Atuou como professor visitante na Universidade de Valencia (Espanha), onde realizou seu pós-doutorado entre 1997 e 1998, na Universidade de Santiago de Chile, em 1997, e na Universidade de Santiago de Compostela em janeiro de 2000. Entre janeiro e julho de 2010 realizou Estágio Senior financiado pela CAPES na Universidade Roma3 (Itália). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Política, atuando principalmente nas seguintes áreas temáticas: história política da América Latina contemporânea, cultura política e democracia, intelectuais e pensamento político, Gramsci e América Latina. E-mail: albertoaggio58@gmail.com ORCID: 0000-0002-9095-1808

### **Júlio César Suzuki**

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso, graduação em Letras pela Universidade Federal do Paraná, graduação em Química pelo Instituto Federal de São Paulo, mestrado

e doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo e Livre-Docência em Fundamentos Políticos, Sociais e Econômicos da Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Atualmente, é Professor Associado da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Integração da América Latina (PROLAM/USP), onde também atua como vice-coordenador. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Agricultura, Urbanização, Geografia e Literatura e Teoria e Método. E-mail: [jcsuzuki@usp.br](mailto:jcsuzuki@usp.br) ORCID <https://orcid.org/0000-0001-7499-3242>

### **Rita de Cássia Marques Lima de Castro**

Doutora em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina - PROLAM/USP. Mestre em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Jornalista, formada pela Faculdade de Comunicação Social Casper Líbero. Bacharel em Administração pelo Centro Universitário Senac SP. Bacharel em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Senac SP. Pós-doutorados: 1) FEA-USP, Departamento de Administração (2015-2017). 2) FEA-USP, Departamento de Economia (2019-2022). Na USP: Professora e orientadora de Mestrado e Doutorado - Prolam-USP, desde jan.2021. Pesquisadora no CORS - Center for Organization Studies e no NESPI - Núcleo de Estudos e Pesquisas de Política Internacional, Estudos Internacionais e Políticas Comparadas, ambos da FEA-USP. Pesquisadora no GP--CNPq Psicologia, Sociedade e Educação na

América Latina, do Instituto de Psicologia-USP e no CRIACOMC (ECA-USP); Pesquisadora na Cátedra José Bonifácio - IR-USP. Presidente adjunta para o Brasil e Chefe de Relações Internacionais do Centro Latinoamericano de Estudios en Epistemología Pedagógica. Professora de Ensino Superior desde 2004. Avaliadora ad hoc de cursos - Basis – INEP-MEC. Avaliadora de premiações na área pública. Na Área Acadêmica, desde 1998 desenvolve projetos de Credenciamento Internacional, Auto Avaliação Institucional, Implantação de Sistemas Educacionais, Assessoria Acadêmica - Apoio à Pesquisa. E-mail: [ritalimadecastro@usp.br](mailto:ritalimadecastro@usp.br); [ritalimadecastro@gmail.com](mailto:ritalimadecastro@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0137-6005>

## **SOBRE OS AUTORES**

### **Alberto Aggio**

Cursou graduação em História na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas - USP (1982), fez mestrado em História Social na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas - USP (1990) e doutorado também em História Social na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas - USP (1996). Tornou-se Professor Livre-Docente em História da América em 1999 e desde 2009 é Professor Titular da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus de Franca. Atuou como professor visitante na Universidade de Valencia (Espanha), onde realizou seu pós-doutorado entre 1997 e 1998, na Universidade de Santiago de Chile, em 1997, e na Universidade de Santiago de Compostela em janeiro de 2000. Entre janeiro e julho de 2010 realizou Estágio Senior financiado pela CAPES na Universidade Roma3 (Itália). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Política, atuando principalmente nas seguintes áreas temáticas: história política da América Latina contemporânea, cultura política e democracia, intelectuais e pensamento político, Gramsci e América Latina. E-mail: albertoaggio58@gmail.com ORCID: 0000-0002-9095-1808

### **Beatriz Mendes Niyama**

Mestranda em Direito Internacional e Comparado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Graduada em Direito pela PUC-Campinas e Pedagogia pela Universidade

Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais da Faculdade de Direito da USP (NETI-USP). Selecionada como bolsista pelo Programa de Excelência Acadêmica (PROEX-CAPES) para o período 2022-2024, anteriormente, foi bolsista em nível de Iniciação Científica pela PUC-Campinas (FAPIC/Reitoria) em 2018 e pela Fundação de Amparo a Pesquisa de São Paulo em 2019 (n 2018/21273-9). E-mail: [biamendees91@gmail.com](mailto:biamendees91@gmail.com)

### **Deise dos Santos Oliveira**

Possui graduação em Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Literatura Portuguesa, Literatura Brasileira e Literatura de Língua Inglesa. Ingressou no curso de Mídia, Informação e Cultura do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC-ECA USP) para especialização, esse pendente de conclusão. Atua como especialista em comunicação digital. E-mail: [deiseeoliveira@gmail.com](mailto:deiseeoliveira@gmail.com)

### **Eraldo Jesus Alves**

Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário Estácio da Bahia (2015) e graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Tiradentes (1998). Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em comunicação sindical. Atuou em diversos sindicatos de

Salvador(BA),a exemplo do Sindifisco Nacional DS Salvador, Sinergia Bahia, Sindpoc Bahia e outros. Como assessor de imprensa dos sindicatos, tem como encargo a publicação de matérias jornalísticas para os boletins e atualização do site da Entidade, dentre outras atividades, como divulgação de releases para os meios de comunicação (rádio, TV, mídia impressa, sites e blogs) local e nacional. Publicou com outros três jornalistas, o livro-reportagem "DETENTOS A REINTEGRAÇÃO SOCIAL?", resultado do projeto experimental do curso de Jornalismo da Universidade Tiradentes, em junho de 1998. Com base nos depoimentos de ex-presidiários, o leitor terá condições de formular questionamentos próprios, e fazer uma análise crítica sobre a Reintegração Social. Responsável pela elaboração dos textos do livro "Assédio Moral nas relações de Trabalho", produzido pelo Unafisco Sindical Delegacia Salvador, em 2009. O livro é uma transcrição fiel do Seminário que alertou sobre as diversas formas de como o assédio moral se apresenta. Dirigiu o curta metragem "Manifesto Alienígena" para o XIV Festival de Cinco Minutos Salvador, em 2011, e o documentário "Teatro de Rua em Sergipe, em 1997. Na área de Direito, estagiou na 17ª Vara dos Juizado do Direito do Consumidor, órgão vinculado ao Tribunal do Estado da Bahia, perfazendo um total de 523 horas, durante o período de seis meses no segundo semestre de 2015. Também fez estágio na área jurídica tributarista da Procuradoria Geral do Estado da Bahia - PGE ? na elaboração de petições e análise de processos no período de seis meses no primeiro semestre de 2015. Estágio voluntario na 2ª Vara de Tóxicos do Fórum Criminal de Sussuarana, em Salvador/BA, no acompanhamento de audiências e elaboração de ofícios, em 2016. E-mail: alves.eraldo@gmail.com.

### **Graziela Tavares de Souza Reis**

Professora Adjunta no curso de Direito da Universidade Federal do Tocantins - UFT. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina - PROLAM/USP - Universidade de São Paulo. Mestre em Direito Internacional Econômico pela UCB - Universidade Católica de Brasília. Graduada em Direito pela UEL - Universidade Estadual de Londrina. Coordena o Projeto de Extensão "Teoria e prática humanizada em direito e gênero", no curso de direito da UFT. Ministra disciplinas de graduação e de pós-graduação em Direito Internacional, Direito Civil, Direito Empresarial e Direito Agrário. Desenvolve atividades de pesquisa e extensão e seus principais trabalhos têm sido orientados na Área do Conhecimento de Direito Internacional Público e Privado e Direito e Gênero. Têm trabalhos publicados em Conferências e Periódicos. É membro do corpo editorial de periódicos e parecerista de artigos científicos em Revistas, além de participar de eventos relacionados a sua área de atuação. Advogada inscrita na OAB/TO, foi Membro Consultora da Comissão Nacional de Relações Internacionais, Corregedora e Vice-Diretora da ESA-Escola Superior de Advocacia, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Membro da Comissão da Mulher Advogada durante a gestão (2016-2018). Membro da ABDI - Academia Brasileira de Direito Internacional e da ABJD - Associação Brasileira de Juristas pela Democracia. Pesquisadora na Cátedra José Bonifácio da USP. Pesquisadora no Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais (NETI/USP). Pesquisadora no Núcleo de estudos e Diálogos Interseccionais e Epistemologias Latino-americanas (NUPEDELAS/USP) no PROLAM - USP. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9165-8024>. e-mail: [grazielareis@uft.edu.br](mailto:grazielareis@uft.edu.br)

### **Lydia Abud Lopes**

Mestranda em Comunicação e Estudos da Mídia, pela Escola de Comunicação e Artes (ECA) da USP, no Programa de Integração da América Latina (Prolam, 2021). Pesquisadora da Cátedra Otavio Frias Filho de Estudos em Comunicação, Democracia e Diversidade. Jornalista formada pela PUC-SP, foi editora-chefe do Nocaute - o blog do Fernando Moraes. Experiência em produção de conteúdos jornalísticos, incluindo textos, vídeos, entrevistas e elaboração de pautas. Diretora-executiva na empresa Dugu Pós-Produção Ltda-ME. A Dugu atua nas áreas de fotografia, vídeo-documentário, jornalismo e em projetos voltados à cultura brasileira. E-mail: lydiabudlopes@usp.br

### **Joan del Alcàzar**

Professor da Universidade da Valência.  
Catedràtic d'Universitat al Departament d'Història Moderna i Contemporània de la Universitat de València. Va obtenir Premi Extraordinari de Llicenciatura i Premi Extraordinari de Doctorat. El 1998 va ser Perit de l'Acusació davant l'Audiència Nacional d'Espanya, al Sumari 19/97 Terrorisme i Genocidi "Xile-Operatiu Còndor", que instruïa el jutge Baltasar Garzón contra Augusto Pinochet Ugarte i altres per genocidi, terrorisme i tortures. Ha publicat diversos llibres i articles a Espanya, Mèxic, Argentina, Xile, Brasil, Itàlia, Colòmbia, Equador i Estats Units; i ha actuat com a professor convidat a diferents universitats espanyoles i americanes. Entre els seus llibres cal citar: (con Sergio López Rivero) De compañero a contrarrevolucionario. La Revolución

cubana y el cine de Tomás Gutiérrez Alea, Publicacions de la Universitat de València, 2009; (con W. Ansaldi y otros) Historia Actual de América Latina, 1959-2009, Tirant Llibres, València, 2011. (Joan del Alcàzar y Esteban Valenzuela eds.), Chile 73. Memoria, impactos y perspectivas, Valencia/Santiago de Chile, PUV/Universidad Alberto Hurtado, 2013; y, en solitario, Chile en la pantalla. Cine para escribir y para enseñar la historia (1970-1998), Valencia/Santiago, PUV/Centro de Investigación Diego Barros Arana, 2013; i, més recentement: Política y utopía en América Latina. Las izquierdas en su lucha por un mundo nuevo, Tirant Llibres, 2018 y ¿Qué fue de las grandes alamedas? Chile, 1970-2020. De la victoria de Allende a la actual crisis de Estado, Valencia, Tirant, 2020. E-mail: jalcazar@uv.es

### **Marcus Vinícius Furtado da Silva Oliveira**

(tradutor do capítulo de Joan de Alcázar)

Comunicador Social, doutorado pelo Programa de Pós Graduação em Integração da América Latina, PROLAM, Universidade de São Paulo, 2003. Associado à ABCA, Associação Brasileira de Críticos de Arte, à AICA, Associação Internacional de Críticos de Arte e à ASBRAP, Associação Brasileira de Genealogia e História. E-mail: helcjojpgalhaes@gmail.com

### **Paulo Roberto de Camargo**

Foi aluno especial no Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo – PROLAM-USP. E-mail: paulorcamargo@terra.com.br

### **Vivian Grace Fernández-D'ávila Urquidi**

Possui Mestrado Interdisciplinar em América Latina, área da Cultura, Sociedade e Política (1994) e Doutorado (2001) em Sociologia, ambos pela Universidade de São Paulo (2001). Durante um ano 1998 realizou um estágio de pesquisa no Centro de Estudios Latinoamericanos da Universidad Nacional Autónoma de México. Entre 2012 e 2013, realizou um Pós-Doutorado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, sob supervisão do Prof. Dr. Boaventura de Sousa Santos. Estas pesquisas foram todas financiadas pela FAPESP. Atualmente é Professora Adjunta da Universidade de São Paulo no curso de Gestão de Políticas Públicas, áreas de Sociedade, Interculturalidade e Direitos; e nos Programas de Pós-graduação em (a) Estudos Culturais (PEC/USP) e (b) Integração da América Latina (PROLAM/USP). Ambos nas áreas de Estudos Pós-Coloniais e da Teoria Crítica sobre a Latino-Americana. Desde 2011 desenvolve uma pesquisa sobre os processos de "Descolonização nos Estados Plurinacionais" e sobre o "Pensamento crítico Latino-americano", com financiamento do CNPq e da FAPESP. Em 2016, iniciou uma nova linha sobre o "Pensamento Crítico Brasileiro sobre a América Latina". E-mail: vurquidi@usp.br

